

GILSON BATISTA DE OLIVEIRA

**O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL NA REGIÃO
METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA: 1970, 1980 e 1991**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Desenvolvimento Econômico,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Olavo Quandt.

CURITIBA
1999

GILSON BATISTA DE OLIVEIRA

**O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL NA REGIÃO
METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA: 1970, 1980 e 1991**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre no
Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do
Paraná, pela comissão formada pelos professores:

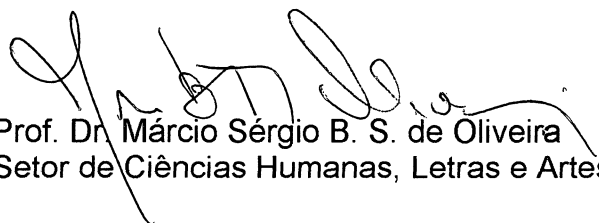


Orientador:

Prof. Dr. Carlos Olavo Quandt
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR



Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin
Setor de Ciências de Sociais Aplicadas, UFPR



Prof. Dr. Márcio Sérgio B. S. de Oliveira
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR

Curitiba, 30 de Julho de 1999

O Bicho

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.

Bandeira, Manuel. Estrela de uma vida inteira. 4ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1973, p.196.

À Dona Ozita, minha amada mãe, uma grande mulher e uma grande guerreira, que inspirou-me e sempre deu-me apoio para enfrentar os momentos mais difíceis da vida.

Agradecimentos

A elaboração de uma dissertação de mestrado não é tarefa fácil. É um processo de crescimento que envolve muitas pessoas. Eu gostaria de agradecer a cada uma dessas pessoas em particular, mas, devido as limitações da nossa memória, mesmo que fosse elaborada uma abrangente lista ainda haveria mais alguém para incluir. Portanto, desde já, agradeço a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para elaboração desta dissertação.

Desde o início do curso de mestrado até sua conclusão, com a defesa da dissertação, foi percorrido um árduo e sofrido caminho que seria impraticável se não fosse o apoio e a ajuda de algumas pessoas as quais devo registrar meus sinceros agradecimentos.

Ao meu orientador, professor Carlos Olavo Quandt, pelo apoio, paciência e competência demonstrada na condução de todas as fases deste trabalho.

Aos professores Igor Zanoni Constant Carneiro Leão e Fábio Dória Scatolin pelos comentários e estímulo na defesa do projeto.

Ao professor Gabriel Porcile pela leitura, considerações, sugestões e estímulo durante o seminário de qualificação.

A todos os membros do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico da UFPR, professores ou não, que colaboraram, de uma maneira ou de outra, para o enriquecimento do trabalho.

À CAPES pelo apoio financeiro essencial para a conclusão do curso e desta dissertação.

Às minhas amigas Anna Luisa, Marília, Thaíza, Francine, Angela e Ana Paula pelo apoio, estímulo e companheirismo sem os quais seria impossível o término deste trabalho.

À Danielli, da UNIANDRADE, que me permitiu utilizar sua mesa e me auxiliou na impressão final da dissertação.

Aos moradores do Anita 24, Alexandre, Manoel, Luiz Alberto, Flauzino pelo estímulo, contribuições e memoráveis noites de debates no glorioso..., não esquecendo da figura *sui generis* do ermitão do quarto.

Ao grande amigo Hugo Meza pelo constante apoio em todas as fases da dissertação, pelo incentivo na vida profissional e companheirismo nesta grande aventura curitibana.

À Tita pelo estímulo, apoio, carinho, compreensão e companheirismo, demonstrados na fase final desta empreitada, devo um agradecimento especial.

Por fim, como de praxe, devo salientar que os equívocos remanescentes nesta dissertação são de minha inteira responsabilidade.

Sumário

Lista de Figuras, Gráficos, Quadros e Tabelas.....	ix
Resumo.....	xii
Abstract.....	xiii
Introdução.....	01
Capítulo I	
O Conceito de Desenvolvimento.....	03
O Sentido do Desenvolvimento.....	03
Industrialização e Desenvolvimento.....	13
Desenvolvimento Humano.....	16
Capítulo II	
A Mensuração do Desenvolvimento Humano e Social.....	20
Indicadores de Desenvolvimento.....	20
O Índice do Desenvolvimento Humano.....	22
O Índice do Desenvolvimento Humano Municipal.....	25
O Índice de Condições de Vida.....	27
O Índice do Desenvolvimento Social.....	29
O Índice de Qualidade de Vida	32

Capítulo III

A Região Metropolitana da Baixada Santista.....	35
Delimitação Geográfica e Características Gerais.....	35
Principais Atividades Econômicas.....	40
Aspectos Demográficos.....	46

Capítulo IV

Os Indicadores de Desenvolvimento Humano e Social na RMBS.....	50
O Desempenho do Índice do Desenvolvimento Humano Municipal.....	50
A Evolução do Índice de Condições de Vida.....	55
Análise do Índice do Desenvolvimento Social.....	60
Os Resultados do Índice de Qualidade de Vida.....	61
Os Indicadores de Desenvolvimento Humano e Social Comparados.....	62
Considerações Finais.....	66

Anexo Metodológico.....	71
--------------------------------	-----------

Anexo Estatístico.....	80
-------------------------------	-----------

Bibliografia.....	95
--------------------------	-----------

Listas de Figuras, Gráficos, Quadros e Tabelas

Figura – 1: Divisão Político-Administrativa da RMBS.....	36
Figura – 2: Curva de Lorenz.....	76
Gráfico – 1: Evolução Percentual da População Regional.....	47
Gráfico – 2: Variação dos Indicadores de Desenvolvimento Humano – 1970 à 1991.....	51
Gráfico – 3: O Índice do Desenvolvimento Humano Municipal nas Localidades Seleccionadas – 1970, 1980 e 1991.....	54
Gráfico – 4: Índice de Condições de Vida em Várias Localidades Brasileiras – 1970, 1980 e 1991.....	59
Gráfico – 5: Os Indicadores de Desenvolvimento na RMBS.....	64
Gráfico – 6: Variação Percentual dos Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal – 1970 à 1980.....	86
Gráfico – 7: Variação Percentual dos Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal – 1980 à 1991.....	87
Gráfico – 8: Variação Percentual dos Indicadores de Condições de Vida – 1970 à 1991.....	88
Gráfico – 9: Variação Percentual dos Indicadores de Condições de Vida – 1970 à 1980.....	89

Gráfico – 10:	
Varição Percentual dos Indicadores de Condições de Vida – 1980 à 1991.....	90
Gráfico – 11:	
Evolução Percentual do Índice do Desenvolvimento Humano Municipal.....	91
Gráfico – 12:	
Evolução Percentual do Índice de Condições de Vida.....	92
Gráfico – 13:	
Evolução Percentual do Indicador do Coeficiente de Gini.....	93
Gráfico – 14:	
Evolução Percentual dos Indicadores de Desenvolvimento Social e de Qualidade de Vida.....	94
Quadro – 1:	
Indicadores e Índices de Condições de Vida.....	34
Quadro – 2:	
Sinopse dos Desdobramentos Ocorridos nos Municípios: 1940-1992.....	38
Tabela – 1:	
Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal – 1970, 1980 e 1991.....	52
Tabela – 2:	
Índice do Desenvolvimento Humano Municipal – 1970, 1980 e 1991.....	53
Tabelas – 3 e 4:	
Indicadores de Condições de Vida – 1970, 1980 e 1991.....	55
Tabela – 5:	
Índice de Condições de Vida – 1970, 1980 e 1991.....	58
Tabela – 6:	
Índice do Desenvolvimento Social.....	60
Tabela – 7:	
Índice de Qualidade de Vida.....	61
Tabelas – 8 e 9:	
Indicadores de Nível Educacional.....	80

Tabela – 10:	
Indicadores de Longevidade.....	81
Tabela – 11:	
Indicadores de Qualidade de Vida na Infância.....	81
Tabela – 12:	
Indicadores de Condições de Habitação.....	82
Tabelas – 13 e 14:	
Indicadores de Nível de Renda.....	82
Tabelas – 15, 16 e 17:	
Indicadores Demográficos.....	83
Tabela – 18:	
Coefficiente de Gini.....	85
Tabela – 19:	
Indicador do Coeficiente de Gini.....	85

Resumo

Esta dissertação tem por objetivo analisar o desenvolvimento humano e social, ou melhor, a qualidade de vida, na Região Metropolitana da Baixada Santista nos anos de 1970, 1980 e 1991. Nesse sentido, o trabalho é dividido em quatro partes. Inicialmente, é feita uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento enfatizando a dicotomia existente entre os conceitos de crescimento econômico, desenvolvimento e industrialização. Em seguida, centra-se a discussão na mensuração do desenvolvimento e apresenta-se alguns indicadores que achamos melhor refletir a qualidade de vida numa determinada localidade. Depois, é apresentada a Região Metropolitana da Baixada Santista, sua formação e evolução, bem como alguns fatores que contribuíram para o seu atual estágio de desenvolvimento. Por fim, a qualidade de vida na região é analisada com base no Índice do Desenvolvimento Humano Municipal, no Índice de Condições de Vida, no Índice do Desenvolvimento Social e no Índice de Qualidade de Vida.

Abstract

This dissertation has for objective to analyze the human and social development , or better, the life quality, in the Metropolitan Area of "Baixada Santista" in the years of 1970, 1980 and 1991. In that sense, the work is divided in four parts. Initially, it is made a discussion on the development concept emphasizing the dichotomy existent among the concepts of economic growth, development and industrialization. After, the discussion is centered in the mensuration of the development and demonstrated some indicators are that we found better to reflect the life quality in a certain place. Then, it is presented the Metropolitan Area of " Baixada Santista" , its formation and evolution, as well as some factors that contributed to its current development state. Finally, the life quality in this area is analyzed with base in the Municipal Human Development Index, in the Life Conditions Index, in the Social Development Index and in the Life Quality Index.

Introdução

A Baixada Santista teve sua dinâmica espacial completamente alterada pela política de industrialização brasileira, pelo chamado planejamento central. Até o princípio da década de 50, a economia da região era concentrada em duas atividades básicas: agricultura e comércio. A primeira voltada para o mercado interno, principalmente para a Grande São Paulo. Já a segunda era direcionada para o mercado externo, concentrada na cidade de Santos, devido a presença do porto que escoava grande parte da produção nacional de grãos, com destaque, durante certo período, para o café.

A industrialização (pesada) veio, de fato com a decisão do Governo Federal, em 1949, de instalar uma refinaria de petróleo na região batizada de Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão. Numa simplificação, pode-se dizer que esta refinaria deflagrou todo o processo de industrialização regional, que se consubstanciou no Pólo Industrial de Cubatão.

O surgimento do complexo industrial provocou um grande surto migratório em direção à região . Pessoas de todas as partes do Brasil se dirigiram para a Baixada Santista em busca de uma vida melhor. Essas pessoas, na sua maioria, com pouca ou nenhuma qualificação, foram se aglomerando em áreas insalubres - encostas de morros e mangues, locais sem nenhuma condição para habitação humana - onde construíram moradias precárias. Essa parcela da população chega a atingir hoje, segundo o IBGE, cerca de 20% da população total.

Esse percentual somente chegou neste patamar devido ao fato de que o crescente aumento do PIB regional e a ampliação da atividade econômica, propiciada pela industrialização e pelos encadeamentos advindos desta, ofuscaram, de certa forma, a visão da sociedade e das autoridades locais desviando a atenção daquilo que realmente importa: o ser humano. Esqueceram-se que elevações do PIB, advindas do processo de industrialização, nem sempre são traduzidas em desenvolvimento, em melhoria do padrão de qualidade de vida da população, mais especificamente, em desenvolvimento humano.

Isto posto, cabe salientar que o objetivo desta dissertação é analisar o desenvolvimento humano e social na Região Metropolitana da Baixada Santista. Nesse sentido, o trabalho é composto de quatro capítulos. No capítulo I, é feita uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento, abordando as várias visões sobre o assunto. No capítulo II, tratamos da mensuração do desenvolvimento e apresentamos alguns indicadores selecionados. No capítulo III, é apresentado o objeto de estudo, a Região Metropolitana da Baixada Santista, uma sinopse do seu processo de industrialização e características sócio-econômicas regionais. No capítulo IV, é analisado o desempenho dos indicadores de desenvolvimento humano e social na Região Metropolitana da Baixada Santista e nos municípios membros comparativamente a outras localidades brasileiras previamente selecionadas.

Capítulo I

O Conceito de Desenvolvimento

O Sentido do Desenvolvimento

O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente, quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico pois, muitos autores atribuem apenas incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento sem se preocupar como tais incrementos são distribuídos. Deve-se acrescentar que “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam”. (SCATOLIN, 1989, p. 24).

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve trazer crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)”. (VASCONCELLOS & GARCIA, 1998, p.205).

Os debates sobre o desenvolvimento econômico foram acirrados no período posterior a segunda grande guerra. Segundo Sunkel & Paz (1988), terminado o conflito bélico, que foi resultado de fatores econômicos, políticos e históricos muito profundos, que não cabe analisar aqui, o tema foi encarado por

todos os países, principalmente, os aliados, que visavam livrar o mundo, e, obviamente, seu próprio país, dos problemas que nos perseguiram, e ainda perseguem, nos períodos anteriores: a guerra, o desemprego, a miséria, a discriminação racial, as desigualdades políticas, econômicas e sociais. Essa preocupação revela os anseios de progresso e de melhoria das condições de vida das nações e regiões, que podem ser vislumbrados tanto na primeira Declaração Interaliada de 1941, como na Carta do Atlântico, do mesmo ano, que expressavam o desejo de criar condições para que todos os homens possam desfrutar de seguridade econômica e social. Tais intenções foram reafirmadas em diversas declarações e conferências que sucederam durante e após o período de guerra. Na Declaração das Nações Unidas, firmada por representantes de vinte e seis nações em 1942, nas conferências das quatro grandes potências realizadas em 1943 em Moscou e Teerã, e em 1944 em Dumbarton Oaks e Yalta.

Contudo, o documento de maior importância desta época, no que tange a questões de desenvolvimento, é a Carta das Nações Unidas, divulgada, em abril de 1945, na Conferência de São Francisco. Em São Francisco, 1945, é criada oficialmente a Organização das Nações Unidas (ONU), composta inicialmente por cinquenta e um países, cuja a finalidade primava pela manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos da palavra. Na Conferência de São Francisco, os países que compunham as Nações Unidas, estavam decididos a: promover o crescimento e melhorar os níveis de vida dentro de uma liberdade maior; a utilizar as instituições internacionais para promoção do avanço econômico e social; conseguir

cooperação internacional necessária para resolver os problemas internacionais de ordem econômico, social, cultural ou de caráter humanitário; e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda a população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor.

Após essas discussões foram intensificados os debates acerca do conceito e dos meios para se conquistar o desenvolvimento. Nesse sentido, foram criados, pelos países aliados e pela própria Organização das Nações Unidas, uma série de programas e organismos especiais para ajudar os países a tratar dos problemas econômicos e sociais de modo a manter o equilíbrio mundial. Dentre os quais podemos citar o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, o programa para a Educação, Ciência e Cultura, a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, cada um com função e instrumentos específicos para atuação, mas com um objetivo em comum: melhorar a qualidade de vida das pessoas.

No entanto, a dicotomia entre crescimento econômico e desenvolvimento ainda não foi bem esclarecida. Como bem observa Scatolin (1989, p.06):

Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados freqüentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejudica, indicando a direção em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento.

O debate sobre o tema é acirrado pela conceituação econômica do termo desenvolvimento. Os economistas vêem surgir a necessidade de elaborar um modelo de desenvolvimento que englobe todas as variáveis econômicas e sociais¹. Sob o prisma econômico, “desenvolvimento é basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade”. (Furtado, 1961, p.115-16).

Sandroni (1994), já considera desenvolvimento econômico como crescimento econômico (incrementos positivos no produto) acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Para ele, o desenvolvimento depende das características de cada país ou região. Isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem.

Milone (1998), nos diz que para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda *per capita*, PIB e PIB *per capita*, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Souza (1993), aponta a existência de duas correntes de pensamento econômico sobre este tema. A primeira corrente encara crescimento como sinônimo de desenvolvimento enquanto na segunda crescimento é

¹ “O debate sobre desenvolvimento econômico no Brasil tomou forma com os estudos da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (1951/53) e do Grupo Misto BNDES – Cepal (1953/55), que forneceram elementos para os planos nacionais subsequentes”. (SOUZA, 1993, p. 15).

condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Na primeira corrente estão os modelos de crescimento de tradição neoclássica, como os de Harrod e Domar², e da segunda estão os economistas de orientação crítica formados na tradição marxista ou cepalina, como, por exemplo, Raul Prebisch e Celso Furtado, que conceitua o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos do produto e da renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano. Tais como: saúde, educação, habitação, transportes, alimentação, lazer, dentre outras.

Scatolin (1989), diz que essa visão começou a ser difundida no final da década de 1940, pelos economistas estruturalistas (ligados a CEPAL) que passaram a encarar o desenvolvimento de maneira bem distinta do crescimento. “Enquanto este era entendido como um processo de mudança ‘quantitativa’ de uma determinada estrutura, desenvolvimento era interpretado como um processo de mudança ‘qualitativa’ de uma estrutura econômica e social”. (*Idem*, p.15).

² O modelo de Harrod e Domar engloba três variáveis básicas para explicar o crescimento: taxa de investimento (I), taxa de poupança (S) e relação produto/capital (Y/K). Para eles, a taxa de crescimento do produto (Y') é determinada pela propensão a poupar ($s = S/Y$), que representa a parcela da renda não consumida, que servirá para o financiamento do investimento, multiplicada pela relação marginal produto-capital ($v = \Delta Y / \Delta K = \Delta Y / \Delta I$), que, por sua vez, representa a variação do produto se aumentar uma unidade adicional de capital. Algebricamente, $Y' = s.v$. Assim, se tivermos, por exemplo, $s = 15\%$ e $v = 0,20$, teremos $Y' = 0,03$. Isto quer dizer que país pode crescer 3% se tiver uma taxa de poupança de 15% da renda e uma relação capital-produto de 0.2. (VASCONCELLOS & GARCIA, 1998).

Seguindo o raciocínio de Souza (1993), o desenvolvimento econômico requer um ritmo de crescimento econômico contínuo³ (κ) e superior ao crescimento da população (ρ). Isso, é claro, englobando mudanças estruturais e melhoria nos indicadores de qualidade de vida. O crescimento aparece, portanto, como a chave dos problemas humanos, do desenvolvimento. Porém, numa definição mais detalhada, a questão é saber como as variações de κ são distribuídas entre a população. Ainda, se este crescimento é fruto de investimentos em habitação, educação, dentre outros fatores que contribuem para melhorar as condições de vida, ou em armas (equipamentos militares). Analogamente, se tivermos $\kappa < \rho$ estaremos numa situação em que o crescimento econômico é insuficiente em relação ao crescimento da população. Essa situação é típica dos países e regiões subdesenvolvidos, que também apresentam estruturas econômicas inadequadas e elevada concentração da renda, bem como baixos níveis de condições de vida.

Scatolin (1989), fazendo uma análise do desempenho dos indicadores de desenvolvimento para o Estado do Paraná, aborda bem essa problemática. Demonstra que “para muitos autores, o desenvolvimento é entendido como crescimento econômico. O problema básico da economia brasileira é a falta de crescimento. O grande desafio é que se obtenham taxas de crescimento do produto de forma mais rápida do que taxas de incremento populacional”. (*Idem*, p.07). Nestes termos, o crescimento econômico precisa

³ Milone (1998, p.512), nos diz que a economia “cresce desde que ocorra: 1) *Acumulação de capital*: através do aumento de máquinas, indústrias etc. ; da realização de obras de infra-estrutura: estradas, energia etc. ; e do investimento em recursos humanos: melhor preparação da mão de obra etc. 2) *Crescimento da população*: um aumento da população implica um aumento força de trabalho e da demanda interna. [...]. 3) *Progresso tecnológico*: pode ser neutro; poupador de capital e poupador de trabalho”.

acontecer num ritmo capaz de atender as solicitações das distintas classes sociais, regiões e países.

É desta maneira que o desenvolvimento passa a ser entendido como um processo de crescimento, cuja maturidade se dá ao atingir o crescimento auto-sustentado, ou seja, alcançar a capacidade de crescer sem fim, de maneira contínua. Esse crescimento se move numa direção fixa em busca de valores crescentes: mais mercadorias, mais anos de vida, mais publicações científicas, mais pessoas com títulos de doutor, dentre outros.

Na busca do crescimento sempre está presente o desejo de que o bom é quando se tem mais, não importando a qualidade desse acréscimo. Nesse sentido, são consideradas desenvolvidas as sociedades capazes de produzir um crescimento auto-sustentado. É por isso que as nações perseguem o desenvolvimento (este como sinônimo de crescimento econômico) com um objetivo de acumular, cada vez mais, bens sem, no entanto, se preocupar com os efeitos dessa acumulação desenfreada. (CASTORIADIS, 1987).

Mesmo com tanta controvérsia, o crescimento econômico, apesar de não ser condição suficiente para o desenvolvimento, é um requisito para a superação da pobreza e para a construção de um padrão digno de vida. E, não esquecendo, a pobreza é um dos fatores que aceleram a degradação ambiental, que é hoje um dos temas mais discutidos quando falamos em desenvolvimento sustentável.

A preocupação em preservar o meio ambiente foi gerada pela necessidade de oferecer a população futura as mesmas condições e recursos naturais que disponham seus antepassados. Essa problemática, que se faz

constantemente presente nos nossos dias, foi abordada inicialmente na teoria econômica, em 1798, por Thomas R. Malthus, na sua obra "*An Essay on the Principle of Population*", e retomada com maior força nesse século pelo Clube de Roma que elaborou e publicou um relatório intitulado "*The limits to growth*" , em 1972, sob a organização de Donella H. Meadows.

Na sua obra, Malthus demonstra preocupação com o estrangulamento da produção de alimentos, que crescem, na sua concepção, linearmente, frente ao crescimento exponencial da população. A definição de crescimento linear e crescimento exponencial pode ser melhor entendida se olharmos os conceitos da matemática de função linear e função exponencial. A função linear tem numa progressão aritmética enquanto a função exponencial cresce numa progressão geométrica. Assim, apontava que sempre o crescimento da população seria maior que o acréscimo na produção de alimentos. E, chegaria o dia cujo a sobrevivência da humanidade ficaria comprometida. Porém, ele não contava que as inovações das técnicas e do modo de produção ampliassem a produtividade do setor agrícola, nem tão pouco previa uma redução nas taxas de crescimento da população.

Os autores do texto apresentado pelo Clube de Roma retomaram o postulado de Malthus acrescentando novos elementos na discussão. O modelo elaborado por eles apresenta cinco grandes temas de preocupação global: aceleração da industrialização, aumento dos indicadores de desnutrição, rápido crescimento populacional, deploração dos recursos naturais não renováveis e deterioração do meio ambiente. Obviamente, sempre pensando no longo prazo, para garantir a sobrevivência das gerações futuras, procuraram direcionar os

debates para o caráter sustentável do desenvolvimento. Com isso, chamaram a atenção para problemas, principalmente, poluição e degradação do meio ambiente, que afetam a qualidade de vida de todo planeta e reacenderam a chama do debate sobre o sentido do desenvolvimento. (MEADOWS, 1972).

O movimento hoje em torno do desenvolvimento sustentável é muito grande. Centenas de organizações não governamentais – ONGs⁴ – e, praticamente, todos os governos e órgãos oficiais do mundo lutam pelo controle da poluição e pela preservação da natureza, como forma de garantir a qualidade de vida no nosso planeta.

A idéia de desenvolvimento sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente sem, contudo, comprometer a geração futura⁵. Isto é, tem que atender “às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades”. (Nosso Futuro Comum, 1991, p.46).

Sachs (1993) aponta cinco dimensões de sustentabilidade dos sistemas econômicos que devem ser observadas para se planejar o desenvolvimento: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. O objetivo da

⁴ As ONGs são instituições privadas, sem fins lucrativos, que implementam ações sócio-ambientais. Nos últimos anos, as ONGs têm tido participações significativas na luta pela preservação do meio ambiente e por uma melhor qualidade de vida em diversas regiões. Dentre outras ações, as ONGs vêm realizando programas de educação ambiental, de proteção de mananciais, de coleta seletiva e reciclagem de lixo e de conservação da fauna e da flora.

⁵ A história do pensamento sobre o desenvolvimento sustentável está diretamente ligado a história do pensamento ambiental. O conceito de desenvolvimento sustentável é parte inextrincável do movimento ambientalista que surgiu na Europa e nos Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970. Basicamente, podemos dividir a evolução da preocupação com o desenvolvimento sustentável em cinco temas: 1) preservação da natureza; 2) desenvolvimento da administração (gerenciamento) e da ciência ecológica nos trópicos; 3) ambientalismo e crise global; 4) ecologia global, conservação e meio ambiente e; 5) ambientalismo global.

sustentabilidade social é melhorar os níveis de distribuição de renda, afim de diminuir a exclusão social e a distância (econômica) que separa as classes sociais. A sustentabilidade econômica diz respeito a aumento na eficácia do sistema, seja na alocação de recursos ou na sua gestão. Sustentabilidade ecológica concerne a preservação do meio ambiente sem, contudo, comprometer a oferta dos recursos naturais necessários à sobrevivência do ser humano. A sustentabilidade espacial deve tratar de uma configuração rural e urbana mais equilibrada, bem como de uma melhor distribuição territorial das atividades econômicas e assentamentos humanos. A sustentabilidade cultural, se refere a alteração nos modos de pensar e agir da sociedade, de maneira a despertar uma consciência ambiental que provoque redução no consumo de produtos que causam grande impacto ao meio ambiente. Considerando essas dimensões, na visão do autor, conseguiremos atingir o desenvolvimento sustentável. Isso, obviamente, não esquecendo que os agentes têm carências que não podem deixar de ser atendidas.

Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida. Num mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas e de outros tipos. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar as suas aspirações e uma vida melhor. (Nosso futuro comum, 1991, p.46-47).

Essa discussão é bastante importante para ajudar a esclarecer a dicotomia entre o conceito de crescimento econômico e o conceito de desenvolvimento. Ampliação do produto é importante mas não traz por si só desenvolvimento. Pensar neste é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição

de renda, saúde, educação, ambiente, liberdade, lazer, e várias outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida.

Industrialização e Desenvolvimento

Na literatura especializada em economia, é muito comum associar desenvolvimento com industrialização, pois a indústria é responsável por crescentes aumentos no nível do produto, no assim chamado crescimento econômico. Isso ocorre, principalmente, devido a ampliação da atividade econômica advinda dos efeitos de encadeamento oriundos deste processo. Tais efeitos servem para aumentar a crença de que a industrialização é indispensável para se obter melhores níveis de crescimento e de qualidade de vida⁶. Essa é razão pela qual praticamente todos os países do mundo almejam tanto a industrialização.

Sobre isto, Sunkel & Paz (1988), observam que o desenvolvimento da indústria foi durante algum tempo considerado como sinônimo de desenvolvimento econômico. Este processo, no entanto, não se dá necessariamente de maneira espontânea, pode ser deflagrado por medidas e ações dos governos que vêem na indústria o caminho para alcançar o desenvolvimento. A idéia de buscar o desenvolvimento via industrialização é reforçada pelo desempenho das nações industrializadas que alcançaram níveis mais elevados de conforto e de qualidade de vida.

⁶ "Por isso, a industrialização era entendida a um só tempo como a solução para os problemas enfrentados pela América Latina e o caminho para o desenvolvimento". (SCATOLIN, 1989, p.16).

Na década de 1950 os países subdesenvolvidos deram atenção especial à elaboração e à implementação de planos para se alcançar o desenvolvimento. Porém, estes planos limitavam-se a promover um processo de industrialização intensiva, que por ser sinônimo de crescimento econômico, era também considerado como sinônimo de desenvolvimento econômico. (MILONE, 1998).

De acordo com Sunkel & Paz (1988), as políticas de industrialização e de redistribuição de renda foram influenciadas pelas experiências dos Estados Unidos, com o *New Deal*, e dos regimes existentes na Alemanha e Itália que adotaram política de gastos públicos para eliminar o desemprego e sair da crise, bem como pela experiência planificadora da União Soviética.

Na América Latina, e no Brasil, durante a década de 1950 e 1960, as políticas de desenvolvimento enfatizavam a necessidade de promover o crescimento do Produto através da acumulação de capital e da industrialização baseada na estratégia de substituição de importações. Essa estratégia visava produzir internamente o que antes era importado. Para tanto, protegia-se os produtores internos da concorrência estrangeira através de taxas e tarifas de importação, além de uma série de benefícios concedidos pelos Governos, que acreditavam que a industrialização era a chave para o desenvolvimento. Esse foi o caminho escolhido para se tentar romper os laços de dependência que os países periféricos (subdesenvolvidos ou em desenvolvimento) mantinham, e ainda mantêm, com os países centrais (desenvolvidos)⁷.

⁷ Apenas para se ter uma idéia, no ato de criação da ONU, dos cinquenta e um países que participaram da Conferência de São Francisco, 1945, "sólo unos diez o doce podían

SUNKEL & PAZ (1988), dizem que os países centrais, notadamente os Estados Unidos, preocupados com problemas de abastecimento de produtos estratégicos, alimentos e insumos industriais, provenientes da América Latina, promoveram, juntamente com os países dessa região, a intensificação da produção agrícola e de certas indústrias básicas para que suas economias pudessem continuar funcionando normalmente. Essa cooperação, ao invés de romper, fortaleceu, e perpetuou, os laços de dependência entre os países do centro e os países da periferia.

Sobre este tema, Souza (1993) diz que o processo de industrialização não apareceu em todas os lugares, a um só tempo, mas em algumas regiões do mundo. Não obstante, "dentro de cada país, o crescimento tem-se concentrado em alguns centros. Acentuaram-se as desigualdades entre países e regiões [e pessoas], as quais tornaram-se mais evidentes com o crescimento mais do que proporcional dos centros industrializados". (*Idem*, p.14).

Sliwiany (1987) argumenta que a industrialização, não gera unicamente aumento do Produto e da renda nacional, acelera a distância entre crescimento econômico e desenvolvimento (qualidade de vida), pois provoca dentre outros fatores a destruição e poluição do meio ambiente, distorções de urbanização e alienação do homem.

Cano (1985) observa que, nas regiões industrializadas do Brasil "a qualidade de vida baixou consideravelmente: ganharam mais indústrias e mais empregos, mas também ganharam mais filas de transporte, menos água, escolas

considerarse países desarrollados e industrializados; de los restantes constituían una proporción mayoritaria los latinoamericanos, que no habían sufrido en sus territorios los efectos destructivos del conflicto bélico mundial". (SUNKEL & PAZ, 1988, p.19).

e hospitais [...] e muito mais favelas”. (*Idem*, p.29). A participação do Estado como regulador, produtor e indutor do desenvolvimento no Brasil não logrou bons resultados. Conseguimos, sem dúvida alguma, ampliar nossa estrutura produtiva (industrialização) mas, ampliamos o hiato entre as taxas desenvolvimento e de crescimento.

Industrialização e crescimento, como anteriormente demonstrado, nem sempre significam desenvolvimento. O Brasil é o maior exemplo disto. A necessidade de industrialização e de crescimento econômico ofusca a visão e dificulta-nos a visualização daquilo que realmente importa no processo de desenvolvimento, a qualidade de vida da população.

Por muito tempo nos esquecemos de que as pessoas são ambos os meios e o fim do desenvolvimento econômico. O que importa na verdade, é mais do que o nível de crescimento ou de industrialização que conseguimos, é como os frutos do progresso, da industrialização, do crescimento econômico são distribuídos para a população de modo a melhorar o nível de vida de todos.

O Desenvolvimento Humano

Após várias décadas preocupados como promover o crescimento econômico nós estamos redescobrimo que este por si só não é suficiente. Estamos cada vez mais envolvidos com a preocupação de avaliar como as pessoas são afetadas pelo processo de crescimento, ou seja, se os incrementos positivos no produto e na renda total estão sendo utilizados ou direcionados para promover o desenvolvimento humano.

O conceito de desenvolvimento humano é, portanto, mais amplo do que o de desenvolvimento econômico, estritamente associado à idéia de crescimento. Isso não significa contrapô-los. Na verdade, a longo prazo, nenhum país pode manter – e muito menos aumentar – o bem-estar de sua população se não experimentar um processo de crescimento que implique aumento da produção e da produtividade do sistema econômico, amplie as opções oferecidas a seus habitantes e lhes assegure a oportunidade de empregos produtivos e adequadamente remunerados. Por conseguinte, o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano [e social] e a produtividade é componente essencial desse processo. Contudo, o crescimento não é, em si, o objetivo último do processo de desenvolvimento; tampouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida da população. (PNUD, 1996, p. 01).

Cada vez mais, estamos embebidos em vislumbrar como o crescimento econômico afeta a qualidade de vida da população como um todo. Há bem pouco tempo os países e as regiões eram classificadas entre ricas e pobres, usando para isso, exclusivamente, as variações do PIB, sem ao menos tentar medir a qualidade de vida de seus habitantes.

O ser humano nunca recebeu toda atenção que merece. Sempre nos atemos em termos abstratos, como a elevação do PIB e da renda, e pouco nos importamos como o homem é afetado⁸.

A pouco e pouco, isso está mudando. As pessoas e seu nível de vida estão se apresentando como propósito último do desenvolvimento. Afinal, “é mais importante saber que oportunidades as crianças e os jovens têm de acesso à educação, à saúde e uma moradia digna, enfim, de desfrutar uma longa vida produtiva que lhes permita sustentar uma família”. (PNUD, 1996).

O desenvolvimento humano e social está ocupando lugar central no debate sobre desenvolvimento nos anos 90. A maior prova disto é a

⁸ Furtado (1974, p.75), afirma que “a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*”.

importância que ganhou o Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano publicado, a partir de 1990, pelo PNUD. Este relatório procurou conduzir a discussão sobre o desenvolvimento de forma distinta da usual. Nele, a questão central passa da tradicional pergunta de quanto se está produzindo para como isto está afetando a qualidade de vida. A Organização das Nações Unidas (ONU) vem realizando, durante esta década, conferências que abrangem direta ou indiretamente questões sociais⁹.

A publicação do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, em 1990, suscitou uma série de debates, tanto em nível internacional como em nível nacional, acerca da eficácia das políticas de crescimento para promover o desenvolvimento humano. Como bem sumaria Rodrigues (1993, p.20), “o crescimento econômico carece de sentido, se não consegue promover, em última instância, o desenvolvimento humano [e social], entendido como a realização (ou satisfação) pessoal dos indivíduos de um país/região”.

Assim, chega-se a conclusão que para atingir o desenvolvimento humano temos que reduzir a exclusão social, causada pela pobreza e pela desigualdade. Em termos simplificados, não devemos nos concentrar apenas no crescimento do bolo mas sim na sua distribuição¹⁰.

⁹ Por exemplo, a Cúpula Mundial da Infância (New York, 1990), a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), a II Conferência Internacional de Direitos Humanos (Viena, 1993), a Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995) e a IV Conferência sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz (Beijing, 1995).

¹⁰ Delfim Netto quando comandava o Ministério da Fazenda, durante o regime militar, elaborou uma máxima para justificar sua política econômica que apresentava características de concentração de renda e, nitidamente, excludente. “Devemos fazer o bolo crescer para depois distribuir”, era sua frase predileta. Essa política que visava o benefício de uma minoria agravou as desigualdades sociais e elevou o custo social do sistema econômico. Para maiores detalhes ver Celso Furtado 1961, 1976 e 1977.

A existência de um amplo quadro de indicadores de qualidade de vida e de desenvolvimento humano é imprescindível para ajudar a monitorar a eficácia das políticas adotadas, bem como para auxiliar na consecução dos planos de desenvolvimento.

Capítulo II

A Mensuração do Desenvolvimento Humano e Social

Indicadores de Desenvolvimento

De acordo com a visão de desenvolvimento anteriormente exposta, fica evidente que as estatísticas do PIB, PNB, PIB per capita e PNB per capita tomadas isoladamente são insuficientes para avaliar o processo global de desenvolvimento.

Conforme Furtado (1974), as variações no nível de crescimento do produto refletem basicamente alterações no grau de utilização da capacidade instalada dos meios de produção.

As estatísticas normalmente divulgadas de PIB e renda nacional têm suas inúmeras utilidades, mas não revelam de que forma os indivíduos se beneficiam desses resultados macroeconômicos. Em outras palavras, a excessiva preocupação da política econômica com o crescimento do PIB e da renda nacional tem desviado a atenção do objetivo final do desenvolvimento, que é assegurar o bem-estar do indivíduo. (PRATES RODRIGUES, 1991, p. 74).

Numa tentativa de avaliar o nível individual de desenvolvimento a Organização das Nações Unidas – ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), elabora e divulga desde 1990, um Relatório sobre Desenvolvimento Humano¹¹. Nesse relatório procura-se dar

¹¹ No entanto, essa não é a primeira tentativa de mensurar a qualidade de vida. “Os sistemas de indicadores sociais surgiram à partir da década de 60 nos países industrializados, tiveram o objetivo inicial de complementar as informações econômicas existentes. A constatação de que o maior crescimento econômico e melhor bem-estar social não caminham necessariamente na mesma direção levou aos cientistas sociais a elaborarem indicadores distintos dos produzidos pelos relatórios econômicos. Um outro objetivo destes pesquisadores foi o de elaborar um sistema de informações que possibilitasse a determinação e avaliação de um

ênfase no ser humano pois, o homem é meio e fim do processo de desenvolvimento. Nele é apresentado o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), que será discutido detalhadamente adiante, numa tentativa de padronizar a análise do desenvolvimento em vários países de uma única vez. Nesse sentido, com base nos resultados do IDH, que varia entre 0 (zero) e 1 (um), elabora um *ranking* dos países com melhores níveis de desenvolvimento humano.

Recentemente (1998), num convênio com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação João Pinheiro (FJP) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PNUD publicou um relatório exclusivo para o Brasil (PNUD, 1998) onde compara o nível de desenvolvimento dos nossos estados e municípios. Para tanto, faz uso de dois indicadores construídos a partir da metodologia do IDH, que, juntamente com outros, servirão para analisar o nível de qualidade de vida na Baixada Santista. São eles: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice de Condições de Vida (ICV), ambos têm o município como unidade de análise.

Esses indicadores, aliás como qualquer outro que vise medir a qualidade de vida, são alvos de constantes críticas devido seu caráter simplista. Porém, em defesa desses indicadores cabe lembrar a argumentação de Sen (1980):

o importante, na verdade, não é a escolha do indicador em termos de sua particular propriedade de ter ou não ter sido derivado a partir de parâmetros monetários (como, por exemplo, o famoso índice de Sen) ou de fatores de não monetários (como, por exemplo, a longevidade), mas sim a perspectiva que se tem de oferecer uma visão abrangente do quadro de carência ou de opulência que se quer detectar. (*Apud* Romão, 1993, p.100).

plano nacional de desenvolvimento". (SCATOLIN, 1989, p.28). São exemplos desses, o relatório britânico, de 1971, *Social Trends*, e o relatório norte americano, de 1973, *Social Indicators*, ambos com o intuito de avaliar a qualidade de vida em seus territórios. Para maiores detalhes, ver Scatolin (1989).

Isto posto, para avaliar o nível de qualidade de vida ou de desenvolvimento da Baixada Santista serão utilizados, além dos indicadores supra citados, o Índice do Desenvolvimento Social e o Índice de Qualidade de Vida. Tudo isso com o objetivo de captar as reais dimensões do desenvolvimento humano e social na Região Metropolitana na Baixada Santista.

Cabe ressaltar que, o Índice do Desenvolvimento Humano Municipal e o Índice de Condições de Vida, que serão usados neste trabalho, para os anos de 1970, 1980 e 1991, já foram estimados em nível municipal pelo PNUD (1998) e os resultados se encontram no CD-ROM (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil) que acompanha a publicação.

O Índice do Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, é um indicador simplificado composto pela média aritmética simples de outros três indicadores básicos a saber:

1. Indicador de longevidade, refletido pela esperança de vida ao nascer (anos);
2. Indicador do nível educacional, composto pela combinação da taxa de alfabetização de adultos (pessoas com 15 anos e mais), com ponderação de 2/3, e da taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino (básico, médio e superior) em relação à população de 7 (sete) à 22 (vinte e dois) anos de idade, com ponderação de 1/3 e;

3. Indicador do nível de renda, medido pelo PIB per capita em dólares corrigidos por um índice de paridade de poder de compra¹² (PIB per capita PPC\$), bem como pela fórmula de Atkinson, dos rendimentos decrescentes¹³.

Assim sendo, antes de chegar ao IDH é preciso primeiro expressar os indicadores supracitados em unidades numéricas comparáveis, numa escala de 0 (zero) à 1 (um). Nesse sentido é utilizado o método distancial (ou genebrino) para elaborar a metodologia.

Para uma melhor compreensão desses indicadores vejamos como são construídos:

$$I_{ij} = \frac{X_{ij} - X_{\text{imín.}}}{X_{\text{imáx.}} - X_{\text{imín.}}}$$

Onde:

- X_{ij} é o valor da variável “i” no país/região/estado/município “j”;
- $X_{\text{imín}}$ é o valor mínimo da variável “i” entre os componentes da amostra;

¹² Esse índice é elaborado segundo a Teoria da Paridade do Poder de Compra apresentada inicialmente, em 1919, pelo economista sueco Gustav Cassel, que procurava estabelecer a paridade das moedas fora do padrão ouro. Para tanto, propunha a retirada dos efeitos da inflação interna e externa para se determinar o valor de troca entre duas moedas de países distintos. Nesse sentido, constrói a seguinte metodologia: $T_{a,b} = T_0 (P_{II}/P_I)$ onde, T_0 é a taxa cambial no período base; “a” e “b” são unidades monetárias dos países I e II, respectivamente; P_I e P_{II} correspondem ao nível geral de preços nos países I e II e; $T_{a,b}$ é o valor da moeda “a” em termos da moeda “b”. Para mais detalhes sobre esta teoria ver MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. São Paulo: Atlas, 1994.

¹³ Segundo o PNUD (1998), o procedimento para cálculo desse indicador pressupõe que a partir de um determinado valor, equivalente à renda média mundial, a contribuição da renda para o desenvolvimento humano apresenta rendimentos decrescentes. Isso é baseado na hipótese de que a utilidade marginal da renda é decrescente a partir de um certo nível, que é representado, por convenção, pela renda média mundial (y^*) e é utilizado para ajustar os valores do PIB per capita PPC mais elevados, simbolicamente $W(y)$. Noutros termos, os valores $W(y)$ mais altos que y^* são ajustados para baixo conforme segue: $W(y)$ até duas vezes mais que y^* é utilizada a seguinte fórmula: $W(y) = y^* + 2 (y - y^*)^{1/2}$; valores de $W(y)$ entre duas e três vezes maiores que y^* segue-se: $W(y) = y^* + 2 (y^*)^{1/2} + 3 (y - 2y^*)^{1/3}$ e; para $W(y)$ acima de três vezes o valor de y^* a correção é dada por: $W(y) = y^* + 2 (y^*)^{1/2} + 3 (y^*)^{1/3} + \dots + n [y - (n - 1)y^*]^{1/n}$.

- $X_{\text{imáx}}$ é o valor máximo da variável “ i ” entre os participantes da amostra e;
- I_{ij} é o indicador do país j em relação a variável “ i ” .

Esse procedimento é seguido para se obter os indicadores de renda, educação e longevidade. O próximo passo para a construção do IDH consiste em calcular a média aritmética simples do somatório dos três indicadores citados, como segue:

$$\text{IDH} = 1/3 \sum_{i=1}^3 I_{ij}$$

Para melhor compreender a metodologia do IDH vamos calculá-lo para um país hipotético “A” utilizando os valores limites publicados pelo PNUD para o ano de 1995, como seguem:

1. Esperança de vida ao nascer: mínimo de 25 e máximo de 85 anos;
2. Alfabetização de adultos: mínimo de 0 e máximo de 100%;
3. Taxa combinada de matrícula dos três níveis: mínimo de 0 e máximo de 100% e;
4. PIB real per capita ajustado pela PPC: 100 e 40.000 dólares.

Supondo que nesse ano o país “A” tenha apresentado esperança de vida ao nascer de 75 anos, alfabetização de adultos de 80%, taxa combinada de matrícula de 70% e PIB per capita ajustado pela PPC de 35.000 dólares, podemos, substituindo os valores de acordo com a metodologia apresentada acima, calcular cada indicador e, posteriormente, o IDH.

- Indicador de Longevidade:

$$\text{IL} = (75 - 25) / (85 - 25) = 0,83$$

- Indicador do nível de renda:

$$IR = (35000 - 100) / (40.000 - 100) = 0,87$$

- Indicador do nível educacional:

$$IE = 2/3[(80 - 0)/(100 - 0)] + 1/3[(70 - 0)/(100 - 0)] = 0,77$$

Como o IDH é uma média aritmética simples do somatório desses indicadores temos:

- $IDH = 1/3 (IL + IR + IE)$, substituindo os valores:
- $IDH = 1/3 (0,83 + 0,87 + 0,77) = 0,82$

Tendo o resultado do IDH para o país “A” podemos comparar seu desempenho com o de outros países e, ainda, ver se o país tem ou não um bom nível de desenvolvimento humano. Para facilitar a comparação o PNUD (1998) criou uma escala para classificar os países conforme seu desempenho no IDH:

- IDH menor de 0,5 denota país de baixo desenvolvimento humano;
- IDH entre 0,5 e 0,8 aponta país de médio desenvolvimento humano e;
- IDH maior de 0,8 indica país de alto desenvolvimento humano.

Assim, por muito pouco (dois centésimos para ser mais exato) o país “A” não é classificado como país de médio desenvolvimento humano pois, o IDH de 0,82 permite-lhe figurar, mesmo que no último quartil, entre os países de alto desenvolvimento humano.

O Índice do Desenvolvimento Humano Municipal

Em trabalho recente o PNUD (1998), em conjunto com o IPEA, FJP, e IBGE, apresenta dois indicadores sintéticos para dar respaldo à análise

comparativa das regiões, estados e municípios brasileiros. Para tanto, utilizou como fonte bruta de dados os censos demográficos do IBGE dos anos de 1970, 1980 e 1991 para elaborar o Índice de Condições de Vida e o Índice do Desenvolvimento Humano Municipal.

O Índice do Desenvolvimento Humano Municipal, IDHM, apresenta metodologia similar, mas não igual, à do IDH, e agrega as mesmas três dimensões deste¹⁴. Para construir o IDHM fez-se duas adaptações em relação à metodologia do IDH para incorporar melhor a realidade dos municípios analisados. O mesmo se aplica ao Índice de Condições de Vida, quando tem o município como unidade de análise, pois, como vimos este é uma extensão daquele.

A primeira adaptação refere-se ao indicador do nível de renda. Enquanto no IDH é utilizado, como referência, o PIB per capita ajustado pela paridade do poder de compra no IDHM optou-se pelo uso da renda familiar per capita média do município. Isso devido à inexistência de estimativas do PIB per capita em nível municipal. A segunda diz respeito ao indicador de nível de educacional. No IDHM a taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino, utilizada no IDH, é substituída pelo número de anos de estudo. A taxa de alfabetização e a esperança de vida ao nascer (indicador de longevidade) continuam sem alterações metodológicas. Cada dimensão contemplada no IDHM tem um peso específico na sua construção que pode ser vislumbrada no quadro 1, assim como os valores máximos (melhores) e mínimos (piores) utilizados na determinação dos indicadores.

¹⁴ Porém, não podemos utilizar o IDH, o ICV e o IDHM para fazer análise comparativa entre países, estados, regiões e municípios pois, ambos são construídos a partir de indicadores básicos diferentes. (PNUD, 1998).

O Índice de Condições de Vida

O Índice de Condições de Vida, ICV, é uma extensão do IDH que, com metodologia semelhante, procura aumentar o número de dimensões e de indicadores básicos¹⁵ de condições de vida.

Deste modo, “o **ICV** é construído através de metodologia básica idêntica à utilizada na construção do IDH, mas incorpora um conjunto maior de indicadores que retratam realidades sociais, econômicas e ambientais, de modo a captar, da forma mais abrangente possível, o processo de desenvolvimento humano sustentável”. (PNUD, 1998, p. 73).

Nesse sentido, o ICV incorpora vinte indicadores que são agregados em cinco blocos para melhor retratar as distintas dimensões de condições de vida, conforme segue:

a) **Renda.** Procura abordar o nível e a distribuição da renda com:

1. Renda familiar per capita média;
2. Grau de desigualdade (medido pelo índice L de Theil)¹⁶;
3. Porcentagem de pessoas com renda insuficiente (P_0);
4. Insuficiência média de renda (conhecido também como hiato de renda médio – P_1) e;

¹⁵ Analogamente ao IDH (índice sintético) que é uma média aritmética simples de três outros indicadores básicos.

¹⁶ Este índice refere-se à segunda medida de desigualdade d Theil que mede o grau de desigualdade da distribuição de indivíduos segundo a renda familiar per capita. Para maiores detalhes vide anexo metodológico.

5. Grau de desigualdade da população com renda insuficiente (ou hiato quadrático médio – P_2).

b) **Educação.** Procura refletir o nível educacional com:

- 6. Taxa de alfabetização de adultos;
- 7. Número médio de anos de estudo;
- 8. Percentual da população com menos de quatro anos de estudo;
- 9. Percentual da população com menos de oito anos de estudo e;
- 10. Percentual da população com mais de onze anos de estudo.

c) **Infância.** Abrange:

- 11. Porcentagem das crianças que trabalham;
- 12. Porcentagem das crianças que estão fora da escola;
- 13. Defasagem escolar média e;
- 14. Porcentagem das crianças com mais de um ano de defasagem escolar.

d) **Habitação.** Reflete as condições habitacionais com:

- 15. Porcentagem da população que vive em domicílios com densidade média superior a duas pessoas por cômodo;
- 16. Porcentagem da população que vive em domicílios duráveis (casas de alvenaria e similares);
- 17. Porcentagem da população com abastecimento adequado de água nos domicílios e;
- 18. Porcentagem da população residente em domicílios com instalações adequadas de esgoto.

e) **Longevidade.** É composto por:

- 19. Esperança de vida ao nascer e;

20. Taxa de mortalidade infantil.

Para detalhes mais específicos sobre os pesos para cálculo do ICV e dos valores máximos e mínimos utilizados na estimação dos indicadores que o compõem, bem como o IDHM, consultar o quadro – 1¹⁷.

No tocante a análise de desempenho, como matematicamente na construção do ICV e do IDHM é usado o mesmo método (distancial ou genebrino) do IDH, podemos adotar a mesma classificação deste. Assim, municípios com valores do IDHM e do ICV menor que 0,5 denotam baixo desenvolvimento humano; entre 0,5 e 0,8, médio desenvolvimento humano e; valores acima de 0,8 indicam alto desenvolvimento humano.

O Índice do Desenvolvimento Social

A metodologia desse indicador foi desenvolvida por Prates Rodrigues (1991) com o intuito de avaliar de que forma os altos índices de desenvolvimento econômico¹⁸ em nosso País nas últimas quatro décadas, medidos pela renda per capita, reverteram para a qualidade de vida, para o desenvolvimento social¹⁹ das cinco macrorregiões: norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste.

¹⁷ Para maiores detalhes de como é calculado e composto tanto o ICV quanto o IDHM ver PNUD, 1998, p.107 e seguintes.

¹⁸ Nesse ponto, é importante destacar que a autora chama de desenvolvimento econômico aquilo que chamamos, tão somente, de crescimento econômico.

¹⁹ Em Prates Rodrigues (1991, p. 75) "... desenvolvimento social, passa a ser [...] definido como o grau de justiça social, ou seja, a forma pela qual os resultados do desenvolvimento econômico são apropriados em benefício da sociedade como um todo, ou de frações dela". A definição de desenvolvimento social enquadra-se naquilo que chamamos anteriormente, apenas e tão somente, de desenvolvimento.

A autora, nos dois trabalhos pesquisados, chama a atenção para a necessidade de se ter um índice do desenvolvimento social, doravante IDS, para medir o desenvolvimento social do País, ou de uma dada região, estado ou município.

Para tanto, propõe uma adequação do IDH para construir o seu IDS. Metodologicamente, os dois indicadores diferem apenas na variável renda. Enquanto no IDH é representada pela renda per capita ajustada pela paridade de poder de compra (PPC) no IDS é representada pelo coeficiente de Gini, que mede o grau de distribuição da renda, anteriormente explicitado. Para padronizar nossa análise substituiremos o IDH pelo IDHM para a partir deste último, seguindo os passos sugeridos por Prates Rodrigues, construir nosso IDS municipal.

Nesse sentido, o IDS será composto pelos seguintes indicadores:

1. Esperança de vida ao nascer (anos);
2. Alfabetização de adultos e número de anos médio de estudos;
3. Grau de distribuição da renda (Coeficiente de Gini)²⁰.

Conforme o exposto anteriormente, ambos o IDH, o IDHM e o IDS são muito semelhantes, com a diferença do IDS incorporar um variável de extrema importância quando se fala em desenvolvimento – a concentração da renda. Matematicamente, a metodologia de cálculo é exatamente a mesma. Assim, como o IDHM aborda as mesmas dimensões do IDH a substituição adotada não alterará, mas irá melhorar, o potencial analítico do IDS.

Para calcular o IDS sem provocar alterações significativas na metodologia do IDHM devemos tomar valores máximo (melhor) de 0 (zero) e

²⁰ Metodologia e valores do Coeficiente de Gini estão dispostos nos anexos.

minímo (pior) de 1 (um) para o coeficiente de Gini por este representar melhor distribuição de renda quanto mais se aproximar de zero.

Destarte, como a metodologia é mesma pode-se utilizar o mesmo raciocínio do IDH para análise do IDS. Quanto mais próximo de 1 (um) mais o país/região/estado/município é desenvolvido. Então, nesses termos, podemos também usar a classificação de baixo, médio e alto desenvolvimento humano.

Partindo dos cálculos desenvolvidos para se encontrar o IDH para o país hipotético “A”, exposto anteriormente, e supondo que o coeficiente de Gini para este país seja de 0,6 podemos estimar o IDS e fazer uma análise comparativa entre os dois indicadores. Assim, utilizando os valores máximos e mínimos para o coeficiente de Gini teremos para nossa análise o seguinte resultado:

- Indicador do Coeficiente de Gini = $(0,6 - 1) / (0 - 1) = 0,4$.

Conforme o exposto, substituindo esse resultado no IDH – que apresentou para o país “A” indicadores de longevidade de 0,83, de nível educacional 0,77, de nível de renda de 0,87 e resultado de 0,82 denotando alto desenvolvimento humano – teremos o IDS.

Então, $IDS = 1/3 (0,83 + 0,77 + 0,40) = 0,67$. Resultado que coloca o país “A” dentro do grupo de países com médio desenvolvimento humano, distinto, portanto, da classificação propiciada pelo resultado do IDH, que apresentou um valor de 0,82 colocando o país de referência no grupo dos países com alto desenvolvimento.

O Índice de Qualidade de Vida

O Índice de Qualidade de Vida, IQV, derivado do trabalho de Romão (1993), nos mesmos moldes do IDH, IDHM, ICV e IDS, é um indicador sintético que objetiva mensurar o desenvolvimento de uma determinada localidade.

Metodologicamente o IQV é composto por quatro dimensões do ICV – Indicador de Longevidade (ICV-Longevidade), Indicador do Nível Educacional (ICV-Educação), Indicador de Infância (ICV-Infância) e Indicador de Habitação (ICV-Habitação) – e pelo indicador do coeficiente de Gini. A metodologia e os pesos de cada um desses indicadores que vão compor o IQV foi anteriormente explicitada.

Assim sendo, o IQV é uma média aritmética que pode ser representado por:

$$IQV = 1/5 \sum_{i=1}^5 I_{ij}$$

Onde I_{ij} representa os indicadores i de cada localidade j . O resultado do IQV, assim como os outros especificados anteriormente, também, varia entre 0 e 1 (zero e um), podendo, portanto, ser analisado nos mesmos moldes daqueles.

Assim, de posse dos resultados, podemos dizer que:

- IQV menor de 0,5 denota localidade com baixo desenvolvimento, ou melhor, baixa qualidade de vida;
- IQV entre 0,5 e 0,8 aponta localidade com médio desenvolvimento, qualidade de vida e;
- IQV maior de 0,8 indica localidade com alta qualidade de vida.

Essa padronização de interpretação dos resultados possibilitará uma comparação entre todos os indicadores utilizados nas reflexões sobre o desenvolvimento humano e social na Baixada Santista.

Quadro –1:
Indicadores e Índices de Condições de Vida

Dimensões/Indicadores	População de referência	Parâmetro para cálculo dos índices					
		Limites dos indicadores		Peso nos índices síntese			
				IDHM		ICV	
		melhor	Pior	na dim.	no ind.	Na dim.	no ind.
Renda		1	0	1	1/3	1	1/5
Renda família per capita média (em sal. Mín. de set. 91)	total, exceto residentes em domicílios coletivos	-	-	-	-	-	-
Renda família per capita média ajustada (em sal. Mín. de set. 91)	total, exceto residentes em domicílios coletivos	1,364	0,05	1	1/3	1/2	1/10
Porcentagem de pessoas com renda insuficiente P0	total, exceto residentes em domicílios coletivos	-	-	-	-	-	-
Insuficiência média de renda P1	total, exceto residentes em domicílios coletivos	-	-	-	-	-	-
Grau de desigualdade na população com renda insuficiente P2	total, exceto residentes em domicílios coletivos	0	0,9	-	-	1/4	1/20
Índice de Theil (desigualdade de renda)	total, exceto residentes em domicílios coletivos	-	-	-	-	0	0
Índice de Theil padronizado [=1-e-(-I)]	total, exceto residentes em domicílios coletivos e com renda nula	0	1	-	-	1/4	1/20
Educação		1	0	1	1/3	1	1/5
Taxa de analfabetismo (%)	15 anos e mais	0	100	2/3	2/9	1/2	1/10
Número médio de anos de estudos (anos)	25 anos e mais	15	0	1/3	1/9	1/4	1/20
Porcentagem da população com menos de 4 anos de estudo	25 anos e mais	0	100	-	-	1/12	1/60
Porcentagem da população com menos de 8 anos de estudo	25 anos e mais	25	100	-	-	1/12	1/60
Porcentagem da população com mais de 11 anos de estudo	25 anos e mais	50	0	-	-	1/12	1/60
Infância		1	0	-	-	1	1/5
Porcentagem de crianças que não frequentam a escola	7 a 14 anos	0	100	-	-	1/2	1/10
Defasagem escolar média (anos)	10 a 14 anos	0	6	-	-	1/8	1/40
Porcentagem de crianças com mais de um ano de defasagem	10 a 14 anos	0	100	-	-	1/8	1/40
Porcentagem de crianças que trabalham	10 a 14 anos	0	100	-	-	1/4	1/20
Habitação		1	0	-	-	1	1/5
% da população em domicílios com densidade menor que 2 pessoas por dormitório	População em domicílios particulares permanentes	0	100	-	-	1/4	1/20
% da população em domicílios duráveis	População em domicílios particulares permanentes	100	0	-	-	1/4	1/20
% da população em domicílios com abastecimento adequado de água	% população em dom. particulares permanentes	100	0	-	-	1/4	1/20
% da população em domicílios com instalação adequada de esgoto	% população urbana em dom. particulares permanentes	100	0	-	-	1/4	1/20
Longevidade		1	0	1	1/3	1	1/5
Esperança de vida ao nascer (anos)		85	25	1	1/3	1/2	1/10
Taxa de mortalidade infantil (por mil)	Crianças nascidas vivas	0	320	-	-	1/2	1/10

Fonte: PNUD, 1998, p.80.

Capítulo III

A Região Metropolitana da Baixada Santista

Delimitação Geográfica e Características Gerais

A Região Metropolitana da Baixada Santista é composta pelos municípios de Santos, Cubatão, São Vicente, Guarujá, Bertioga, Praia Grande, Mongaguá, Peruíbe e Itanhaém, e está localizada na parte central do litoral do Estado de São Paulo numa área total de 2.373Km², que representa, apenas 0,5% da área do Estado (figura – 1). Segundo o IBGE, o conjunto composto pelas nove cidades possui uma população fixa de, aproximadamente, 1.3 milhão de habitantes²¹, cerca de 3.8% da população do Estado.

O reconhecimento legal da região metropolitana é muito recente, mais especificamente, 1996. Contudo, desde a década de 70 luta-se pelo reconhecimento e pela efetivação da Região Metropolitana. O movimento pela metropolização foi preconizado pelas autoridades locais sob a liderança do prefeito do Município de Cubatão. Inicialmente, o movimento visava a formação da Região Metropolitana com apenas cinco cidades, com maior densidade populacional e com maior proximidade geográfica: Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá e Praia Grande.

A repercussão do movimento, conforme já exposto, é antiga e remonta a 1971, quando foi instalada a Comissão de Estudos sobre a Metropolização da Baixada Santista, voltada para a criação da Região Metropolitana da Baixada Santista. Ainda naquela época, frente à conurbação que já se evidenciava em meados dos anos 70 e dos problemas comuns que este fenômeno urbano

²¹ Nos períodos de férias escolares e feriados prolongados a população chega a mais que dobrar nas cidades com potencial turístico - praias e balneários.

os Estados a competência de ordenar os espaços regionais, sejam eles regiões metropolitanas, microrregiões ou aglomerações urbanas. Este processo dar-se-ia por meio de lei complementar²².

Desta forma, o tema foi incorporado na Constituição do Estado de São Paulo, em 1989, nos artigos de número 152 à 158, considerando região metropolitana como um “agrupamento de municípios limítrofes que assuma destacada expressão nacional, em razão de elevada densidade demográfica, significativa conurbação e de funções urbanas e regionais, com alto grau de diversidade, especialização e integração sócio-econômica, exigindo planejamento integrado e ação conjunta permanente dos entes públicos nela atuantes”.

Com isso, ficou mais fácil para as autoridades locais pleitearem junto as autoridades o reconhecimento legal da região metropolitana, que veio através da Lei Complementar n.º 815/96 promulgada, pelo Governador do Estado de São Paulo, no dia 30 de julho de 1996. Afinal, as indústrias e o porto conferem à região relevância estadual e nacional, além de apresentar significativa conurbação e uma expressiva densidade demográfica.

A referida lei incluiu no espaço da Região Metropolitana da Baixada Santista os municípios de Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe com a finalidade de impulsionar seu desenvolvimento, bem como integrá-los ao resto da baixada, pois geograficamente são muito próximos e no passado formavam um único bloco, cujo desdobramentos podem ser vistos no quadro 2. Bertioga emancipou-se recentemente do Município de Santos e por isso está incluso na região.

²² Maiores detalhes ver Constituição Federal de 1988, artigo 25, parágrafo terceiro.

Relativo aos desdobramentos territoriais, especificamente três municípios serviram de base para a formação atual da região. São Vicente, Santos e Itanhaém têm sua criação na época do Brasil colonial, respectivamente nos anos de 1532, 1545 e 1561. Os demais são desdobramentos destes. São desdobramentos de Santos: Guarujá, criado em 1934; Cubatão em 1948; e Bertioga, o mais novo da região, criado em 1992. Peruíbe e Mongaguá criados em 1958 eram parte do município de Itanhaém. Da primeira cidade do Brasil, São Vicente, desmembrou-se o município de Praia Grande no ano de 1963.

Quadro 2:

Sinopse dos desdobramentos ocorridos nos municípios: 1940 – 1992

1940 ⁽¹⁾	1950 ⁽¹⁾	1960 ⁽¹⁾	1970 ⁽¹⁾	1980 ⁽¹⁾	1992 ⁽²⁾
Guarujá	Guarujá	Guarujá	Guarujá	Guarujá	Guarujá
Itanhaém	Itanhaém	Itanhaém Mongaguá Peruíbe	Itanhaém Mongaguá Peruíbe	Itanhaém Mongaguá Peruíbe	Itanhaém Mongaguá Peruíbe
	Itariri ⁽³⁾	Itariri ⁽³⁾	Itariri ⁽³⁾	Itariri ⁽³⁾	Itariri ⁽³⁾
Santos	Santos	Santos	Santos	Santos	Santos Bertioga
	Cubatão	Cubatão	Cubatão	Cubatão	Cubatão
São Vicente	São Vicente	São Vicente	São Vicente Praia Grande	São Vicente Praia Grande	São Vicente Praia Grande

(1) Municípios existentes à data dos respectivos censos

(2) Municípios atualmente existentes

(3) Município não pertencente à região considerada

Fonte: Emplasa, 1992.

Em seguida à promulgação da Lei Complementar n.º 815/96 é criado o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, no dia 27 de novembro do mesmo ano, para deliberar sobre resolução de problemas de interesse comum: transportes, habitação, meio ambiente,

saneamento, saúde, educação, tratamento do lixo, dentre outros. O referido conselho é formado pelos nove prefeitos da região e por representantes do governo do estado.

Como faz pouco tempo que a região metropolitana foi institucionalizada é muito cedo para tecer comentários sobre a eficácia da gestão regionalizada na solução de problemas locais.

A Baixada Santista pode, ainda, ser dividida para facilitar a visualização das atividades econômicas nela desenvolvidas. Desta maneira, dividiremos a região em dois blocos distintos:

- Bloco - I: Cubatão, Santos, Guarujá, Praia Grande e São Vicente; e
- Bloco - II: Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Bertioga.

No primeiro bloco, estão concentradas as atividades industriais, comerciais e serviços. As cidades que o compõem apresentam uma conurbação tal que apenas algumas barreiras físicas impedem a formação de um único centro urbano. As atividades industriais, embora concentradas em Cubatão, afetam a economia de todas as cidades desse bloco²³. Estas cinco cidades formam o núcleo do espaço regional mais densamente ocupado e economicamente ativo.

O bloco - II pode ser subdividido também pela localização dos municípios. Mongaguá, Itanhaém, e Peruíbe estão situados mais ao sul (litoral sul do Estado de São Paulo), apresentando intensas atividades de turismo, principalmente no verão. A cidade de Bertioga, situada mais ao norte, também com forte atividade no turismo.

²³ Devemos destacar também a poluição da água e do ar, que embora vinculada ao parque industrial, tem impacto em toda região, notadamente nos municípios deste primeiro bloco.

Principais Atividades Econômicas Regionais

As principais atividades econômicas da região são as industriais, predominantes em Cubatão, as portuárias e serviços, em Santos, e a pesca e o turismo, que envolve todas as cidades, salvo Cubatão.

O turismo impulsiona o comércio regional principalmente nos períodos de férias escolares e feriados prolongados. Mais de um milhão de pessoas descem a Serra do Mar para aproveitar as praias da região. Os municípios mais procurados são Santos, Guarujá e Praia Grande. Os demais, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Bertioga, embora a população flutuante (turista) mais que dobre a população total nos períodos citados, quantitativamente não chegam a igualar-se aos primeiros. Somente Santos, de acordo com a Secretaria Municipal de Governo e Projetos Estratégicos, na temporada de 1996 recebeu mais de 3 milhões de visitantes, que proporcionou um ganho adicional de aproximadamente R\$120 milhões ao comércio local.

Os municípios de Santos e Guarujá concentram a rede hoteleira da região que atende o turista das classes média e alta, enquanto os demais municípios recebem o turista de um dia, que, diga-se de passagem, gera muitos problemas e quase nenhum lucro para o comércio regional²⁴.

Na pesca destaca-se o Terminal Pesqueiro na Ponta da Praia em Santos, bem como algumas indústrias em Santos e Guarujá. Essa atividade, tradicional na região, atende os mercados externo e interno. Seguem para o

exterior frutos de mar congelados e semi preparados. Internamente consome-se, principalmente, a sardinha, o atum, e outros enlatados que tem a Alcyon como a empresa mais antiga deste segmento na região. (SOARES, 1984).

O Porto de Santos, com seus 12km de extensão, juntamente com o Pólo Industrial de Cubatão, é uma das bases da economia regional chegando a movimentar mais de 35 milhões de toneladas por ano. O porto, apesar da denominação, está localizado nas Ilhas de São Vicente e Santo Amaro, a chamada parte insular, e em Cubatão parte continental do porto. Na Ilha de São Vicente ficam a sede e a parte insular dos municípios de Santos e São Vicente; e na Ilha de Santo Amaro está localizado o município de Guarujá. Devemos destacar também, que as empresas Cargil, Cutrale, Dow Química, situadas no Guarujá, e COSIPA e Ultrafertil, em Cubatão, têm terminais portuários privativos²⁵. Esse complexo portuário serve de escoadouro para o maior parque industrial do país localizado no Estado de São Paulo, bem como para Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, dentre outros. Atrelado ao Porto de Santos desenvolve-se uma estrutura de serviços muito grande ligada à exportação e importação de mercadorias.

Ademais, a Região Metropolitana da Baixada Santista fica situada apenas a 70Km da Grande São Paulo, maior região urbana e industrial do Brasil. O acesso à Grande São Paulo e outras localidades do estado e do país é assegurada por uma infra estrutura de estradas de ferro e rodovias. As ferrovias Santos - Jundiaí e Sorocabana ligam a região à Grande São Paulo e ao interior

²⁴ No município de Guarujá há três hotéis de médio conforto, onze simples e um flat simples. Santos tem dois hotéis considerados confortáveis, um de médio conforto e cinco simples, além de um flat simples. (Secretaria de Turismo das Prefeituras de Santos e Guarujá).

do Estado e as rodovias interligas ao complexo Anchieta – Imigrantes, rodovia BR-116, rodovia Pedro Taques, rodovia Rio - Santos (BR-101), rodovia Piaçaguera - Guarujá (SP-55) e rodovia Mogi – Bertiooga, asseguram a ligação por terra com todo Estado de São Paulo, com todas as demais regiões brasileiras e com os países membros do MERCOSUL.

As atividades industriais na Baixada Santista, foram desenvolvidas, até as primeiras décadas deste século, para dar suporte às atividades portuárias, basicamente para atender a demanda local de produtos de primeira necessidade, tais como sabões e produtos alimentícios.

No decorrer do tempo, vários curtumes se instalaram na região para aproveitar o potencial das áreas alagadiças (mangue) , de onde extraíam o tanino, produto necessário à preparação do couro. Não obstante, também se instalaram alguns engenhos de açúcar²⁶ que juntamente com os curtumes foram as primeiras atividades secundárias da região. Essas atividades foram sendo extintas gradativamente, devido o término das plantações de cana-de-açúcar e da redução acelerada da produção de tanino por causa da degradação dos manguezais. Na década de 1930 já não havia mais nenhum engenho de açúcar ou curtume em funcionamento na região.

A primeira indústria importante da Baixada Santista foi a Companhia Santista de Papel, implantada, em 1918, numa área 450 hectares, espaço hoje pertencente ao Município de Cubatão. A Companhia Santista de

²⁵ Para melhor visualização vide figura-1.

²⁶ Estes datam do princípio da colonização sendo instalados inicialmente na Ilha de São Vicente (Municípios de Santos e São Vicente) e se espalharam, embora em unidades menores, pela região.

Papel “(...) pretendia, através de reflorestamento, produzir matéria prima para a produção de celulose, o que não se concretizou” (SOARES, 1984, p. 58).

Em 1926, iniciam-se as atividades da usina hidrelétrica da *Light*²⁷ com capacidade de produção de 474.000 KW, estendido em mais 390.000 KW, no período de 1952-55, com a construção de uma usina subterrânea, totalizando, então, um potencial de 864.000 KW. A princípio, a usina da *Light* fora projetada para atender a crescente demanda de energia da Grande São Paulo que passava por um processo de industrialização acelerada, graças a acumulação de capital gerada no período áureo do café. Contudo, *a posteriori*, através da venda do excedente à *City of Santos Improvements Co.* passou a fornecer energia à Baixada Santista e acabou se tornando um fator decisivo para industrialização regional.

Na década de 30, instala-se no Município de São Vicente uma fábrica de vidro de propriedade da Companhia Vidraria Santa Marina visando a exploração das jazidas de areia existentes da cidade.

No segundo pós guerra, as indústrias tradicionais passam a conviver com significativas mudanças estruturais advindas da instalação de indústrias de base promovida pela política de industrialização via substituição de importações.

A política industrializante do Brasil surte efeitos na economia regional quando, em 1949, o governo federal decide implantar no Município de Cubatão uma refinaria de petróleo batizada de Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão (RPBC).

²⁷ Denominação popular da São Paulo Light and Power Co. Ltd., instalada no “pé” da serra do mar canalizando rios do planalto que, com o passar do tempo, passou a fornecer energia à Baixada Santista por meio da *City of Santos Improvements Co.*

A RPBC foi posta em operação em 1954, atraindo para suas adjacências uma série de indústrias químicas, que aproveitavam insumos oriundos do processo de refinamento. Iniciava-se, assim, o complexo industrial de Cubatão, notadamente o ramo petroquímico.

Goldenstein (1972) caracteriza a RPBC como o marco da industrialização regional, que dinamizou a economia de todos os municípios circunvizinhos pois, enfrentavam constante redução da atividade econômica devido a derrocada do café, principal *commodity* exportada através do porto de Santos até o princípio do segundo conflito bélico mundial.

No decorrer da década de 50 instalaram-se, também no Município de Cubatão, a Companhia Brasileira de Estireno, a União Carbide S.A, A Companhia Petroquímica, a Alba S.A - Indústrias Químicas, a Carbocloro Ind. Químicas Ltda e a Quimbrasil.

No final dos anos 50, a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) inicia a construção da usina José Bonifácio. A primeira etapa do projeto da COSIPA termina em 1963, com o funcionamento da laminação que opera com lingotes de origens diversas. A etapa seguinte, destinada a produzir coque metalúrgico estava pronta em 1965, adquirindo, então, a COSIPA um caráter de usina integrada.

A implantação da COSIPA não provocou a constituição de um complexo metal-mecânico nos moldes do complexo petroquímico. As únicas indústrias que se formaram para aproveitar o potencial gerado por ela foram a Companhia de Cimento Santa Rita, localizando-se ao lado da usina para utilizar a

escória²⁸ como insumo, e a Engebasa e Nobara, situada no Município de Guarujá, fazendo uso do aço para o fabrico de plataformas marítimas de prospecção de petróleo.

O Pólo Industrial de Cubatão é constituído na sua plenitude com a implantação do complexo de fertilizantes que se utiliza de derivados de petróleo como matéria prima. Primeiro com a Petroquisa, seguida da Ultrafertil e Copebrás. Hoje, esse complexo envolve várias indústrias produtoras e com marcas próprias, como por exemplo, Manah, Adubos Trevo, IAP, dentre outros.

Longe de Cubatão mas interligada ao pólo industrial, no Município de Guarujá está localizada a Dow Química, com cais privativo que facilita o contato com os demais pólos industriais internos e externos²⁹.

Atualmente, o complexo industrial conta com cerca de 38 fábricas ligadas à petroquímica e a siderurgia. Complexo este que na realidade não deveria estar ali. A falta de planejamento está na raiz dos problemas do município e deixou de sua marca na instalação do pólo industrial. A prioridade era o desenvolvimento a qualquer preço, e esse viria com a industrialização, resquício da política brasileira de desenvolvimento. Por decisões política e algumas vantagens locacionais, o pólo industrial foi instalado numa localização geográfica inusitada que dificulta a dispersão dos poluentes. Os gases emitidos pelas indústrias durante sua operação são levados pelos ventos marítimos que sopram do sudoeste e esbarram na Serra do Mar, uma barreira natural de mais de 700 metros de altura. (GOLDENSTEIN, 1972; SOARES, 1984; GUTBERLET, 1996).

²⁸ Restos da fabricação do aço. Em períodos posteriores, esse insumo atraiu também outras fábricas de cimento como a Votorantim.

Somente para se ter uma idéia, até 1984, segundo a CETESB, o pólo industrial lançava no ar, diariamente, quase mil toneladas de poluentes diversos. O solo, os rios e manguezais, que formam o rico ecossistema da região, recebiam outras tantas toneladas. A partir de 1984 intensificaram-se os esforços para reduzir a emissão de poluentes e tornar a região um local digno para habitação humana. As indústrias foram submetidas a um cronograma de emissão de poluentes. Atualmente, cerca de 93% das fontes poluidoras são controladas e a previsão é de 100% de controle no ano 2008. Esses esforços vão surtir efeitos nos indicadores de mortalidade infantil e de longevidade.

Na cidade de Santos desenvolveu-se um distrito industrial, que inicialmente complementaria o complexo cubatense. Na atualidade, o distrito industrial de Santos localizado no bairro Alemoa reúne, aproximadamente, 32 indústrias. As principais indústrias santistas são a Mobil Oil do Brasil Ind. Com. Ltda. e a Petroquímica Paulista S/A (PEPASA).

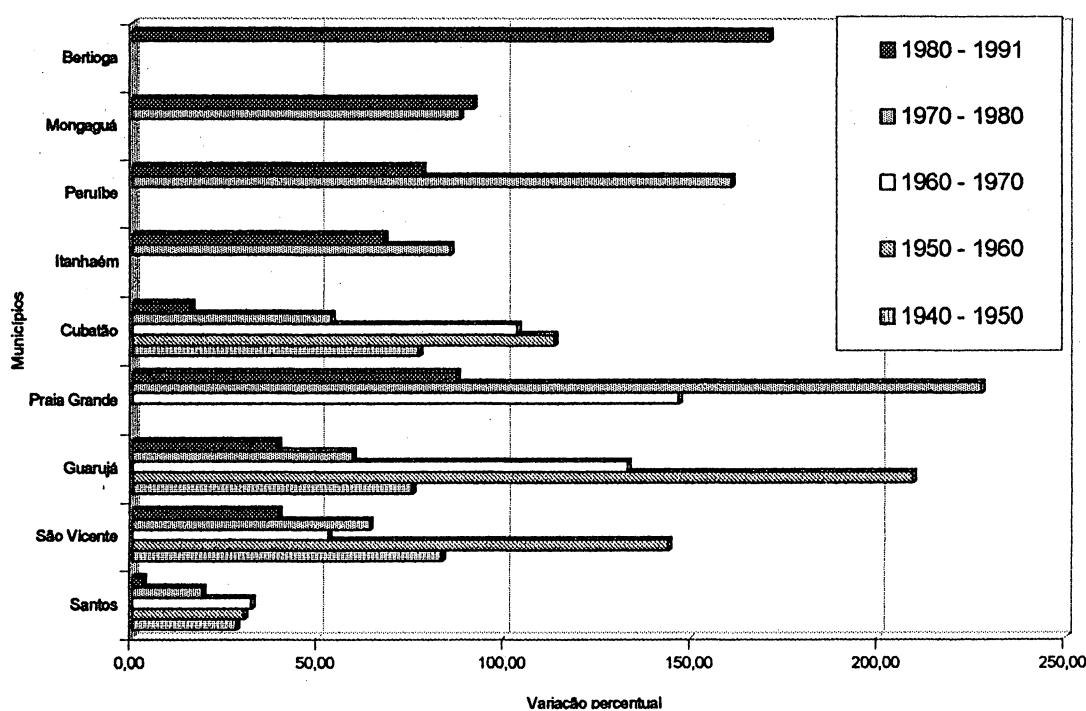
Aspectos Demográficos

A população da região evoluiu aceleradamente, no período de 1940-1991, devido as diversas oportunidades de emprego. Essa evolução ocorreu devido o processo migratório desencadeado pela instalação do pólo industrial de Cubatão. Pessoas de todas as regiões do país, principalmente do nordeste, se deslocaram para a Baixada Santista em busca de uma vida melhor, do tão sonhado desenvolvimento.

²⁹ Além da Dow Química, as principais empresas localizadas no Guarujá são a Cutrale, Citro Suco, Local Frio, Wilson Sons, Nobara e Arzul.

Observando as taxas dispostas no gráfico – 1 vê-se que a população mais que dobrou depois do início do processo de industrialização pesada que deu origem ao complexo industrial da região. Somente na cidade de Cubatão a população cresceu, aproximadamente, 77% no período de 1940 à 1950, 113% entre 1950 e 1960, 103% de 1960 à 1970, 54% de 1970 à 1980 e

Gráfico – 1:
Evolução Percentual da População Regional



Fonte bruta dos dados: Censos Demográficos do IBGE

16% de 1980 à 1991. Nas cidades mais próximas, àquelas pertencentes ao bloco-I, o crescimento populacional foi muito expressivo, notadamente, São Vicente, Guarujá e Praia Grande por terem espaços disponíveis para ocupação urbana. O município de São Vicente teve uma variação de 83%, 144%, 53%, 64% e 39%, respectivamente, nos períodos de 1940-1950, 1950-1960, 1960-1970, 1970-1980 e 1980-1991. Em Guarujá a população cresceu um pouco mais que São Vicente. Entre 1940 e 1950 a evolução populacional de Guarujá foi de 75%, 209% de 1950

à 1960, 133% de 1960 à 1970, 59% de 1970 à 1980 e 39% de 1980 à 1991. Praia Grande teve crescimento populacional mais expressivo que os demais devido sua grande extensão territorial inexplorada. Nos dados que se dispõe relativos a este município entre 1960 e 1970 a população evoluiu 146%, 227% entre 1970-1980 e 87% entre 1980 e 1991. Na cidade de Santos a população não evoluiu tanto quanto os demais pois, já estava com seus espaços passíveis de ocupação urbana praticamente lotados. A população de Santos evoluiu em 28% entre 1940-1950, 30% no período de 1950-1960, 32% entre 1960-1970, 19% de 1970-1980 e 3% entre 1980-1991. A evolução populacional nas demais cidades da região, devido a ausência de dados, apenas podem ser analisados a partir da década de 1970 quando o IBGE passou a realizar a contagem dos censos demográficos em todas as cidades brasileiras. Itanhaém teve a população ampliada em, aproximadamente, 85% entre 1970 e 1980 e 68% de 1980 à 1991. Peruíbe teve nos mesmos períodos crescimento populacional de cerca de 161% e 78%. Mongaguá evoluiu, aproximadamente, 88% e 92% nos períodos de 1970-1980 e 1980-1991, respectivamente. Bertioga, antigo distrito santista, somente passou a ser contabilizado separadamente do município de Santos pelo IBGE no censo de 1980. Deste modo, em 1991, comparativamente ao período anterior, a população de Bertioga evoluiu cerca de 171%.

A porta de entrada do migrante era e ainda é o parque industrial de Cubatão. Essa população, não encontrando trabalho, devido sua baixa qualificação, e a falta de renda para fixar moradia convencional, na sua maioria acaba se dirigindo para a periferia onde estão localizadas as favelas. Assim, a ocupação do espaço avançou em todas as direções, transpondo acidentes

geográficos, como o canal do porto no caso do Distrito de Vicente de Carvalho, no município de Guarujá, e áreas insalubres, como mangues, para fins residenciais e industriais, além da ocupação residencial das encostas dos morros em variados pontos da Serra do Mar.

No censo de 1991 o IBGE constatou que um segmento importante da população regional ocupa espaços precários e insalubres (mangues e morros), sob a forma de favelas, constituindo aproximadamente 20% da população.

Soares (1984, p.67) faz uma boa análise do processo de desenvolvimento da Baixada Santista. Para ele, “o processo de desenvolvimento regional ocorreu de forma espontânea, sem qualquer visão conjunta das diversas funções econômicas [e sociais], quanto à repartição futura do solo territorial e de medidas destinadas a preservar o equilíbrio [sócio] econômico e ambiental”.

Capítulo IV

OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA

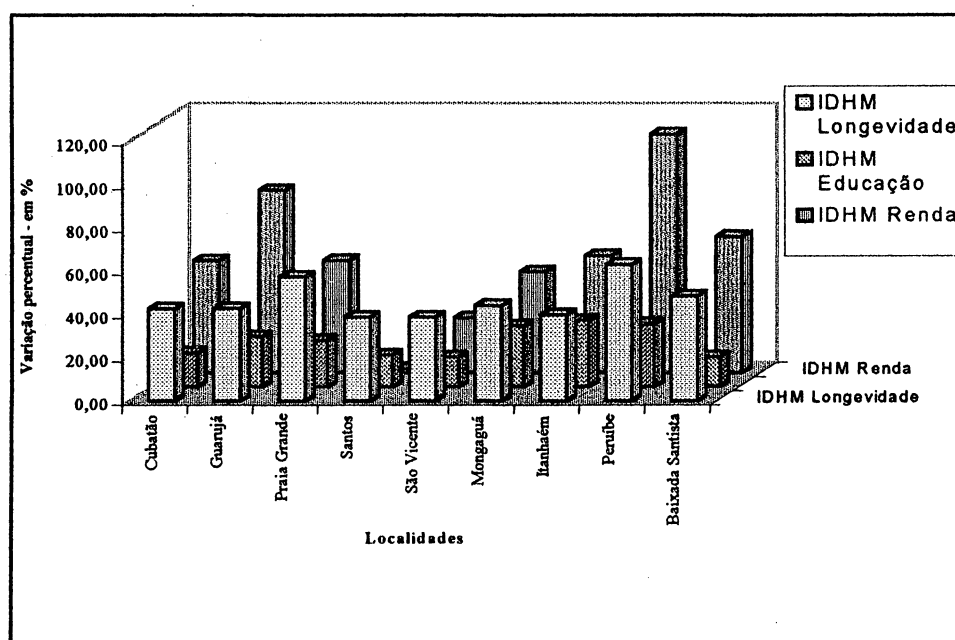
O Desempenho do Índice do Desenvolvimento Humano Municipal

O Índice do Desenvolvimento Humano Municipal, estimado para os municípios pelo PNUD (1998b), conforme exposto anteriormente, espelha três dimensões essenciais do processo de desenvolvimento de uma população e/ou região: longevidade, educação e renda.

Analisando cada dimensão separadamente, que também formam indicadores, percebe-se que o indicador do nível de renda apresentou uma melhor evolução percentual do que os demais, no período de 1970 à 1991, refletindo uma variação positiva nos indicadores básicos de renda – renda familiar per capita média (salário mínimo de setembro de 1991). Em segundo lugar, em termos de variação percentual, temos o indicador de longevidade que foi puxado, principalmente, pela redução da taxa de mortalidade infantil. Por fim, o indicador do nível educacional que foi guiado por uma redução significativa da taxa de analfabetismo³⁰. A tabela 1 e reflete bem esta situação. A variação percentual de cada indicador pode ser vislumbrada no gráfico 2. Pormenorizadamente, de 1970 à 1991, no indicador de renda, Peruíbe teve a maior elevação, 110,4%, seguido por Guarujá 84,57%, Itanhaém 54,15%, Praia Grande 52%, Cubatão 51,85%,

Mongaguá 46,73%, São Vicente 25,2% e Santos, obteve a menor elevação, 1,78%. A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), analisada, como um todo, obteve variação positiva de 63,17% nesse indicador. O segundo indicador de melhor desempenho no período, o indicador de longevidade, teve os seguintes percentuais: Peruíbe, novamente a maior variação, 63,22%, Praia Grande 57,18%, Mongaguá 43,97%, Guarujá 42,65%, Cubatão 42,47% (resultado obtido

Gráfico - 2:
Variação dos Indicadores de Desenvolvimento Humano - 1970 à 1991



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados brutos dispostos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD. 1998.

com a ajuda das campanhas de redução da emissão de poluentes), Itanhaém 39,82%, Santos 38,8% e São Vicente 38,67%. A Região Metropolitana obteve resultado de 48,48%. O indicador do nível educacional foi o que variou menos no

³⁰ Os dados referentes à evolução dos indicadores básicos que compõem os indicadores de longevidade, educação e renda estão dispostos no anexo estatístico.

período analisado. Itanhaém, figura com a maior variação, 30,67%, Peruíbe 29, 14%, Mongaguá 28, 23%, Praia Grande 21,36%, Cubatão 15,58%, Santos 14,47% e São Vicente 13,56%. A Região Metropolitana, analisada como uma única unidade, conseguiu um crescimento de 13,57% no nível educacional.

Tabela – 1:
Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal – 1970, 1980 e 1991

Localidades	IDHM – Longevidade			IDHM – Educação			IDHM – Renda		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Cubatão	0,445	0,530	0,634	0,597	0,633	0,690	0,621	0,953	0,943
Guarujá	0,422	0,502	0,602	0,561	0,622	0,691	0,512	0,949	0,945
Praia Grande	0,404	0,530	0,635	0,590	0,658	0,716	0,625	0,956	0,950
Santos*	0,518	0,574	0,719	0,698	0,750	0,799	0,955	0,974	0,972
São Vicente	0,481	0,503	0,667	0,649	0,688	0,737	0,762	0,959	0,954
Mongaguá	0,448	0,526	0,645	0,549	0,610	0,704	0,642	0,948	0,942
Itanhaém	0,437	0,544	0,611	0,525	0,621	0,686	0,615	0,948	0,948
Peruíbe	0,397	0,520	0,648	0,532	0,591	0,687	0,452	0,956	0,951
Baixada Santista**	0,427	0,523	0,634	0,656	0,698	0,745	0,581	0,953	0,948

* Inclui o município de Bertioga

** Valores obtidos a partir da metodologia apresentada pelo PNUD

Fonte: Elaboração própria a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998b.

A elevação desses indicadores, expostos na tabela e no gráfico 1, é refletida no Índice do Desenvolvimento Humano Municipal. O resultado do IDHM está disposto na tabela 2. Analisando os municípios individualmente percebe-se que somente dois, no ano de 1970, Peruíbe e Guarujá, apresentaram resultados que denotam baixo desenvolvimento humano: 0,460 e 0,498, respectivamente. Os demais municípios e a Região Metropolitana obtiveram índices que lhes permite figurar na faixa das localidades com médio desenvolvimento humano. Em 1980, todos os municípios individualmente e a RMBS conquistaram resultados que lhes

permite ser classificados como localidades de nível médio de desenvolvimento humano. No ano de 1991, o município de Santos, com IDHM de 0,830 (terceiro melhor desempenho do Brasil e primeiro da região), consegue figurar no rol das cidades com alto nível de desenvolvimento humano, os demais municípios e a própria RMBS, mesmo com significativas elevações, continuam com nível médio de desenvolvimento humano.

Tabela 2: Índice do Desenvolvimento Humano municipal – 1970, 1980 e 1991			
Localidades	Índice do Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM		
	1970	1980	1991
Cubatão	0,554	0,705	0,756
Guarujá	0,498	0,691	0,753
Praia Grande	0,540	0,715	0,767
Santos*	0,732	0,766	0,83
São Vicente	0,631	0,717	0,786
Mongaguá	0,547	0,695	0,764
Itanhaém	0,525	0,704	0,748
Peruíbe	0,460	0,689	0,762
Baixada Santista**	0,555	0,725	0,776

* Inclui o município de Bertioga

** Valores obtidos a partir da metodologia apresentada pelo PNUD

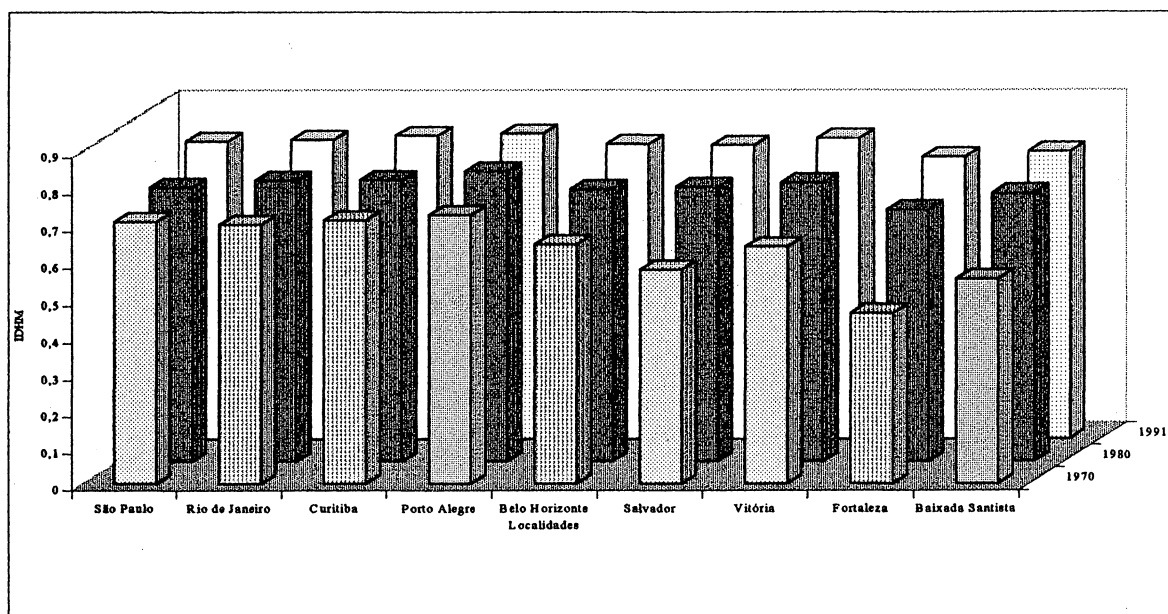
Fonte: Elaboração própria a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, 1998.

De posse dos resultados para a RMBS podemos compara o desempenho desta metrópole com outras. Foram selecionadas para esta comparação algumas capitais com característica de metrópole e significativa relevância nacional: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Vitória e Fortaleza. O gráfico 3 retrata bem o desempenho dessas metrópoles brasileiras, bem como da Região Metropolitana da Baixada

Santista. Vislumbrando o desempenho no IDHM das metrópoles escolhidas vê-se que a RMBS não está muito longe de nenhuma delas. Em 1970, com o IDHM de 0,463, Fortaleza era a única que figurava com *status* de baixo desenvolvimento. As demais, inclusive a RMBS (mesmo que no último quartil), enquadravam-se na categoria de localidades com níveis médios de desenvolvimento.

No ano de 1980 todas as localidades, dispostas no gráfico 2, apresentaram índices considerados de médio desenvolvimento humano. A evolução dos indicadores continua até 1991 quando São Paulo com IDHM de 0,804, Rio de Janeiro 0,808, Curitiba 0,819, Porto Alegre 0,825 e Vitória 0,813 passaram para o rol das localidades com alto nível de desenvolvimento humano. Belo Horizonte 0,796, Salvador 0,793, Fortaleza 0,762 e a RMBS 0,776

Gráfico 3:
O Índice do Desenvolvimento Humano Municipal nas localidades
selecionadas – 1970, 1980 e 1991



Fonte: Elaboração própria a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, 1998.

permaneceram na faixa de médio desenvolvimento.

A Evolução do Índice de Condições de Vida

O Índice de Condições de Vida (ICV), conforme explicitado no capítulo II, comporta cinco dimensões de desenvolvimento: longevidade, educação, infância, renda e habitação. Assim, como foi feito com o IDHM, vamos analisar primeiramente cada dimensão do ICV pois, também, representa um indicador de qualidade de vida. Os dados referentes aos indicadores de longevidade, infância, renda, habitação e educação, que compõem o ICV, estão dispostos nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3: Indicadores de Condições de Vida - 1970, 1980 e 1991									
Municípios	ICV – Longevidade			ICV – Educação			ICV – Infância		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Cubatão	0,561	0,653	0,754	0,481	0,532	0,608	0,797	0,754	0,758
Guarujá	0,535	0,624	0,743	0,454	0,524	0,610	0,706	0,715	0,755
Praia Grande	0,513	0,653	0,755	0,489	0,564	0,638	0,686	0,738	0,809
Santos*	0,641	0,697	0,827	0,609	0,680	0,756	0,830	0,845	0,873
São Vicente	0,601	0,626	0,783	0,547	0,598	0,664	0,766	0,759	0,811
Mongaguá	0,565	0,649	0,764	0,450	0,522	0,625	0,730	0,718	0,775
Itanhaém	0,552	0,668	0,733	0,441	0,529	0,607	0,647	0,719	0,795
Peruíbe	0,505	0,643	0,767	0,435	0,499	0,609	0,662	0,661	0,780
Baixada Santista**	0,540	0,646	0,754	0,562	0,616	0,682	0,835	0,828	0,858

* Inclui o município de Bertioga

** Valores obtidos a partir da metodologia apresentada pelo PNUD

Fonte: Elaboração própria a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998.

Tabela 4:
Indicadores de Condições de Vida - 1970, 1980 e 1991

Municípios	ICV – Renda			ICV – Habitação		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Cubatão	0,729	0,91	0,889	0,690	0,669	0,822
Guarujá	0,662	0,900	0,872	0,502	0,687	0,827
Praia Grande	0,703	0,887	0,873	0,511	0,763	0,771
Santos*	0,889	0,903	0,885	0,874	0,920	0,931
São Vicente	0,784	0,896	0,879	0,679	0,807	0,825
Mongaguá	0,702	0,871	0,864	0,525	0,712	0,800
Itanhaém	0,676	0,879	0,862	0,594	0,716	0,818
Peruíbe	0,557	0,827	0,849	0,410	0,658	0,766
Baixada Santista**	0,670	0,876	0,869	0,747	0,816	0,855

* Inclui o município de Bertioga

** Valores obtidos a partir da metodologia apresentada pelo PNUD

Fonte: Elaboração própria a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998.

Analisando os resultados dos indicadores de condições de vida constata-se que no período em questão que tanto a RMBS quanto a maioria dos municípios membros não apresentaram valores que denotassem baixo desenvolvimento. Em 1970, todas as unidades obtiveram indicadores de longevidade oscilando entre 0,500 e 0,650. No ano de 1980 entre 0,600 e 0,700. Em 1991, Santos consegue 0,827 denotando alto desenvolvimento. Os demais municípios e a RMBS ficam entre 0,700 e 0,800. No indicador de nível educacional (ICV - Educação), em 1970, a situação não era tão agradável. Guarujá, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Peruíbe e Itanhaém obtiveram resultados típicos de localidades de baixo desenvolvimento. Santos, São Vicente e a RMBS conseguiram respectivamente 0,609, 0,547 e 0,562 denotando nível médio de desenvolvimento. Em 1980 e 1991, todos conseguiram figurar na faixa de médio desenvolvimento com resultados oscilando entre 0,500 e 0,800. No ICV – Infância os resultados são bem melhores. Em 1970, Santos com 0,830 e a

RMBS com 0,835 conseguem padrões de alto desenvolvimento. Os demais oscilaram entre 0,600 e 0,800. Em 1980 a classificação permanece inalterada. Já em 1991, Praia Grande e São Vicente, juntam-se a Santos e a RMBS, no rol das localidades de alto desenvolvimento. As demais permanecem na faixa de médio desenvolvimento. O indicador de renda (ICV – Renda) é o que apresentou melhor desempenho. Em 1970 apenas Santos com 0,889 figurava com alto desenvolvimento. Em 1980 e 1991 todos os municípios e a RMBS obtiveram resultados dignos de localidades com alto nível de desenvolvimento. No ICV-Habitação as coisas são bem diferentes. Em 1970, a maioria conquista níveis de médio desenvolvimento, inclusive a RMBS. Nos extremos temos Peruíbe com ICV – Habitação de 0,410 e Santos com 0,874. No ano de 1980 Santos, São Vicente e a RMBS se enquadram na faixa de alto desenvolvimento enquanto os demais figuram entre as localidades de médio desenvolvimento. Em 1991, somente Mongaguá, Peruíbe e Praia Grande ficam com índices de médio desenvolvimento. Os demais municípios e a RMBS apresentaram resultados que permitem sua inclusão no rol das localidades de alto desenvolvimento.

A evolução dos indicadores de condições de vida dispostos nas tabelas 3 e 4 reflete uma significativa melhoria no Índice de Condições de Vida (ICV) da Região Metropolitana da Baixada Santista e dos municípios membros. Os resultados relativos a esse indicador podem ser vislumbrados na tabela 5. A RMBS obteve resultados de 0,671 e 0,756 em 1970 e 1980 que denotavam médio desenvolvimento. Em 1991, o ICV da região sobe para 0,804 que, mesmo que último quartil, coloca a RMBS no rol das localidades com alto nível de desenvolvimento com base apenas nesse indicador. Os municípios membros

obtiveram, em 1970, ICVs que denotavam médio desenvolvimento. Em 1980, embora todos tenham apresentado significativa evolução apenas Santos pode ser classificada no rol das localidades de alto desenvolvimento. A situação é semelhante no ano de 1991 quando Santos consegue um ICV de 0,854 e as demais cidades oscilam com níveis entre 0,750 e 0,792 denotando médio desenvolvimento.

Tabela – 5: Índice de Condições de Vida – 1970, 1980 e 1991			
Municípios	ICV		
	1970	1980	1991
Cubatão	0,652	0,704	0,766
Guarujá	0,572	0,690	0,761
Praia Grande	0,580	0,721	0,769
Santos*	0,769	0,809	0,854
São Vicente	0,675	0,737	0,792
Mongaguá	0,594	0,694	0,765
Itanhaém	0,582	0,702	0,763
Peruíbe	0,514	0,658	0,754
Baixada Santista**	0,671	0,756	0,804

* Inclui o município de Bertioga

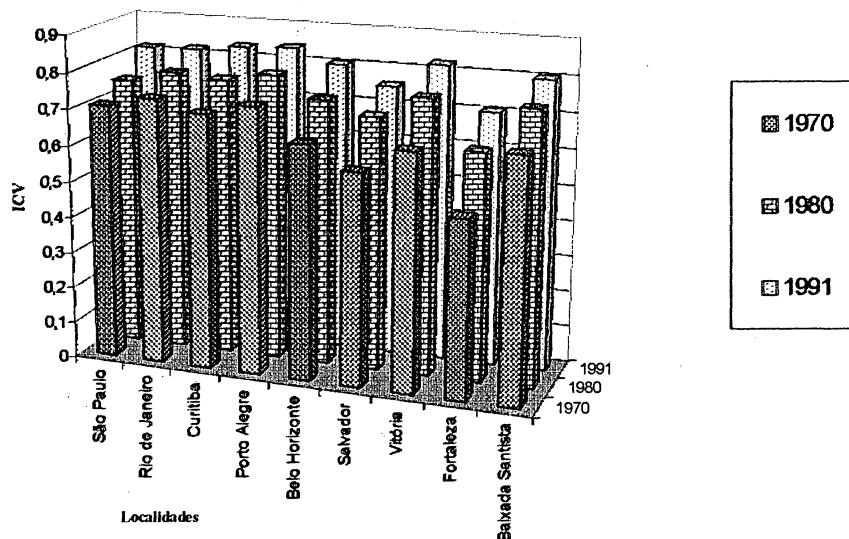
** Valores obtidos a partir da metodologia apresentada pelo PNUD

Fonte: Elaboração própria a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998.

Comparativamente a outras localidades brasileiras previamente escolhidas o desempenho da RMBS no ICV não fica nada a desejar. Muito pelo contrário. O ICV regional fica muito próximo do ICV das melhores metrópoles brasileiras. Esse panorama pode ser visualizado no gráfico 4.

No ano de 1970 a RMBS com ICV de 0,671 figurava no mesmo grupo que São Paulo 0,710, Rio de Janeiro 0,737, Curitiba 0,708, Porto Alegre 0,739, Belo Horizonte 0,650 e Salvador 0, 589. Todas no rol das localidades com

Gráfico - 4:
Índice de Condições de Vida em Várias Localidades Brasileiras -
1970, 1980 e 1991



Fonte: Elaboração própria a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998

nível médio de desenvolvimento. Fortaleza é a única das metrópoles escolhidas que apresentou ICV de baixo desenvolvimento: 0,493. Em 1980, todas as cidades escolhidas e a RMBS figuraram junto às localidades de médio desenvolvimento. Já em 1991, salvo Salvador com ICV de 0,756 e Fortaleza com 0,706, as metrópoles apresentaram resultado de ICV que as possibilita de ser incluídas no rol das regiões de alto nível de desenvolvimento. São Paulo obteve 0,816, Rio de Janeiro 0,835, Porto Alegre 0,841, Belo Horizonte 0,805, Vitória 0,823 e RMBS 0,804. Abrindo um parêntese nesta comparação, Santos, a cidade sede da RMBS, conquistou um ICV de 0,873, resultado que conferiu a quarta melhor classificação do Brasil e a primeira da RMBS.

Análise do Índice do Desenvolvimento Social

O Índice do Desenvolvimento Social conforme exposto anteriormente é uma adaptação do IDHM, cujo resultado é obtido através da média aritmética simples do somatório dos indicadores de longevidade e de nível educacional que compõem o IDHM com o indicador do coeficiente de Gini. Com isso obtemos um indicador de desenvolvimento mais fiel a real situação sócio-econômica da RMBS, pois passa-se a considerar o grau de distribuição da renda medido pelo coeficiente de Gini.

Tabela - 6: Índice do Desenvolvimento Social		
Localidades	IDS	
	1980	1991
Cubatão	0,5837	0,6214
Guarujá	0,5692	0,5969
Praia Grande	0,5871	0,6201
Santos	0,6413	0,6617
São Vicente	0,5912	0,6371
Mongaguá	0,5701	0,6090
Itanhaém	0,5744	0,5863
Peruíbe	0,5509	0,5919
Baixada Santista	0,5962	0,6173

Fonte bruta dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD (1998b) e Censos Demográficos do IBGE.

Os resultados do IDS para os anos de 1980 e 1991 podem ser vislumbrados na tabela-6. Com esse indicador nenhum município analisado nem tão pouco a RMBS conseguiu níveis de localidades consideradas de alto padrão de desenvolvimento. Todos ficaram no rol das localidades de médio desenvolvimento com um IDS oscilando ente 0,500 e 0,700. Resultado que reflete

a má distribuição de renda na região. Individualmente, em 1991, o melhor desempenho regional ficou com Santos que apresentou um IDS de 0,662, seguido de perto por São Vicente 0,637, Cubatão 0,621, Praia Grande 0,620, Mongaguá 0,609, Guarujá 0,597, Peruíbe 0,592 e Itanhaém 0,586.

Os Resultados do Índice de Qualidade de Vida

Do mesmo modo que o indicador anterior, o Índice de Qualidade de Vida também é uma adaptação para capturar a desigualdade distributiva mensurada pelo coeficiente de Gini. Neste indicador são utilizados os indicadores de condições de vida dispostos nas tabelas 3 e 4, salvo o indicador do nível renda (ICV-Renda) e o indicador do coeficiente de Gini. Conforme exposto, o IQV expressa a média aritmética simples desses cinco indicadores.

Assim sendo, os resultados do IQV para os anos de 1980 e 1991 podem ser observados na tabela – 7 .

Tabela – 7: Índice de Qualidade de Vida		
Localidades	IQV	
	1980	1991
Cubatão	0,6392	0,6964
Guarujá	0,6267	0,6865
Praia Grande	0,6582	0,6964
Santos	0,7484	0,7708
São Vicente	0,6745	0,7181
Mongaguá	0,6351	0,6884
Itanhaém	0,6380	0,6830
Peruíbe	0,6006	0,6725
Baixada Santista	0,6947	0,7244

Fonte bruta dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD (1998b) e Censos Demográficos do IBGE.

Analisando os resultados nenhum município membro nem tão pouco a RMBS conseguiram valores no IQV que denotassem alto nível de desenvolvimento. Todos obtiveram resultados oscilantes entre 0,673 e 0,771 que denotam médio desenvolvimento. Também devido ao efeito da má distribuição de renda. Em 1991, o município de Santos obteve o melhor resultado individual da RMBS. Seu IQV ficou em 0,771. São Vicente ficou em segundo com 0,718 seguido de Cubatão e Praia Grande empatados com 0,696, Mongaguá 0,688, Guarujá 0,687, Itanhaém 0,683 e Peruíbe 0,673.

Os Indicadores de Desenvolvimento Humano e Social Comparados

Os resultados dos indicadores de desenvolvimento humano e social na RMBS nos mostram uma situação no mínimo curiosa. Embora os municípios membros e a própria RMBS tenham apresentado resultados que denotaram médio desenvolvimento (segundo a classificação proposta pelo PNUD, 1998) na maioria dos indicadores, salvos Santos com IDHM de 0,830 e a RMBS com ICV de 0,804 ambos em 1991, a qualidade de vida na região merece um pouco mais de reflexão.

Quando analisamos os índices sintéticos revela-se grande relevância dos indicadores de renda nos resultados dos IDHM e ICV. Fato que é corrigido com a inclusão de coeficiente de Gini nos IDS e IQV.

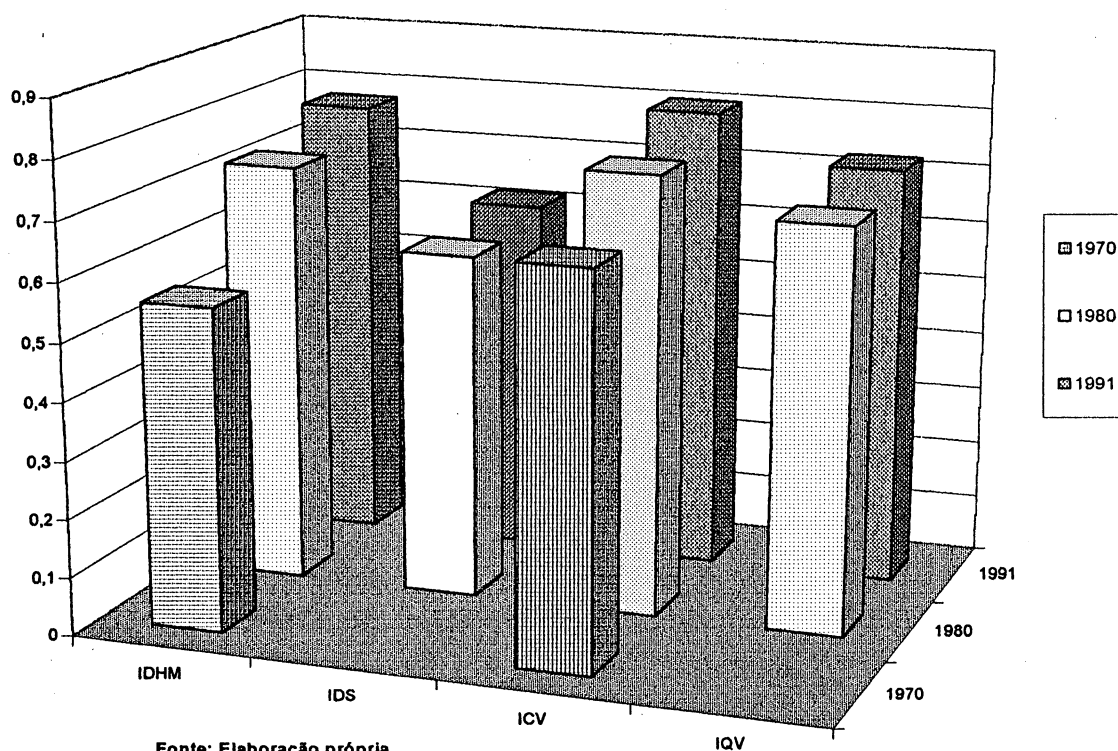
No IDHM o resultado do indicador do nível de renda (IDHM – Renda) é responsável pela elevação dos índices municipais e da RMBS. No ano

de 1970, vide tabela – 1, o IDHM – Renda, mesmo ficando no mesmo grupo de médio desenvolvimento que os demais (salvo Santos no rol das localidades de alto desenvolvimento nesse indicador), foi superior aos resultados dos indicadores de longevidade e de educação. O cenário inspira cuidados na interpretação nos de 1980 e 1991. Enquanto o IDHM – Longevidade e o IDHM – Educação apresentaram, para todas as localidades analisadas, resultados oscilando entre 0,500 e 0,799, denotando níveis de médio desenvolvimento, o IDHM – Renda apresentou resultados comparáveis às mais desenvolvidas economias do planeta. Todos os municípios e, por conseguinte, a RMBS obtiveram valores acima de 0,900 no indicador do nível de renda. Resultado que elevou de sobremaneira a qualidade de vida na região medida pelo Índice do Desenvolvimento Humano Municipal.

O peso do indicador do nível de renda (IDHM – Renda) na qualidade de vida da região é extraído e substituído pelo indicador do coeficiente de Gini, que incorpora a concentração de renda, para gerar o IDS. Esse índice espelha, como o IDHM, o nível de desenvolvimento, com dimensões de longevidade e educação iguais a este, com a vantagem de ponderar a distribuição de renda. A simples substituição do IDHM – Renda (medido pela renda *per capita*) pelo indicador do coeficiente de Gini (tabela – 19 no anexo estatístico) reduziu consideravelmente os resultados das localidades analisadas. Nos anos analisados, 1980 e 1991, nenhum município, nem, tão pouco, a RMBS conseguiu IDS maior que 0,700 (vide tabela – 6). O mesmo não pode ser dito em relação ao IDHM devido o forte efeito do indicador do nível de renda.

Situação semelhante repete-se no ICV. Mesmo com um indicador do nível de renda (ICV – Renda) mais completo que o IDHM pois, pondera além da renda *per capita*, pura e simplesmente, o grau distributivo desta através do índice de Theil. Contudo, esse indicador descarta da análise, devido sua metodologia, a população sem rendimento (rendimento nulo). O mesmo não se repete no IQV. Este possui as mesmas dimensões e pesos dos indicadores do ICV (ICV – Longevidade, ICV – Educação, ICV – Infância e ICV – Habitação), diferenciando, apenas e tão somente, no indicador do nível de renda (ICV- Renda) que é substituído pelo indicador do coeficiente de Gini. Assim, a

Gráfico - 5:
Os Indicadores de Desenvolvimento na RMBS



qualidade de vida, ou melhor, o nível de desenvolvimento regional medido pelos ICV e IQV expressam situações distintas. O ICV apresentou resultados

superiores ao IQV nos anos analisados, devido ao forte peso da renda *per capita* na composição do ICV – Renda (vide tabela 13, no anexo estatístico, e quadro – 1 para visualizar os indicadores básicos e seus respectivos pesos na composição do ICV). Esse fenômeno pode ser vislumbrado melhor comparando-se os dados dispostos nas tabelas 5 e 7, bem como podem ser vislumbrados no gráfico – 5.

Com a ajuda do gráfico – 5 pode-se ver claramente a disparidade nos resultados dos indicadores de desenvolvimento humano e social. Conforme exposto anteriormente, o IDHM e o ICV, devido o forte peso da renda *per capita* na composição destes, apresentaram resultados melhores que o IDS e o IQV. No ano de 1980, o IDS foi, aproximadamente, 21,6% menor que o IDH. Em 1991, esse percentual salta para 25,7%. O ICV e o IQV também apresentaram resultados distintos. Porém, com menor variação percentual. No ano de 1980, o IQV foi cerca de 8,8% menor que o IDH. Em 1991, a diferença é ampliada para quase 11%. Lembrando sempre que os resultados do IDS e do IQV expressam melhor a qualidade de vida por ponderarem a distribuição de renda através do coeficiente de Gini. Enquanto o IDHM somente considera a renda *per capita* no indicador do nível de renda e o ICV , embora incorpore a distribuição de renda, com o índice de Theil, a renda *per capita* tem um considerável peso na sua composição.

Considerações Finais

No Brasil e em todo Terceiro Mundo, é comum se observar a distribuição desigual de recursos básicos para a maioria da população, tais como escolaridade, saúde, saneamento básico, habitação, renda, dentre outros. Desigualdades estas que, inerentes ao processo de crescimento dessas regiões, devem ser combatidas para gerar maiores e melhores benefícios para todos.

A distribuição dos frutos do crescimento econômico deve ser regida pelos princípios da necessidade e da justiça social e não, apenas e tão somente, pelos desígnios das forças econômicas dominantes e das relações de poder político e dos processos de decisão que, geralmente, favorecem algumas regiões e grupos em detrimento das regiões mais carentes e das camadas marginalizadas da população.

No tocante a RMBS, a industrialização acelerada provocou um grande surto migratório que dificultou a ordenação do espaço urbano. Conforme Gutberlet (1996), do ponto de vista da provisão de infra-estrutura urbana, Cubatão, cidade onde se situa o complexo industrial da região, é considerada uma cidade desestruturada e caótica devido à falta de planejamento. A população de baixa renda ocupa lugares insalubres e inaptos à construção. Imensa maioria das áreas ocupadas pela população carente se situa às margens de estradas ou ferrovias, nas escarpas ou sobre manguezais. São terrenos pouco valorizados ou públicos que, geralmente, são invadidos

(ocupados ilegalmente). Nesta definição os bairros Cota 95/100, Cota 200, Cota 400, Cota 500 - nas encostas da serra do mar - , Vila Natal, Vila Esperança, Vila dos Pescadores - construções sobre manguezais - são alguns exemplos. Nestes locais, os moradores, em consequência da falta de infra-estrutura básica, vivem sob condições extremamente prejudiciais à saúde.

A situação sócio-econômica nos bairros nascidos com ocupação ilegal é bem distinta daquela considerada ideal para ter uma boa qualidade de vida. A realidade nesses bairros, conforme Gutberlet (1996), é marcada por:

- Baixos salários e alta taxa de desemprego sazonal;
- Pouca qualificação profissional;
- Situação nutricional deficiente;
- Elevada taxa de mortalidade (principalmente entre lactantes e idosos);
- Alta suscetibilidade a doenças (principalmente doenças infecciosas e respiratórias);
- Assistência médica deficiente;
- Falta de escola e de baixo nível de qualidade educacional e;
- Alta taxa de criminalidade.

Nas cidades mais próximas ao pólo industrial a situação não é diferente. Muitas são as favelas sob palafitas e áreas insalubres nos municípios de São Vicente, Guarujá, Santos e Praia Grande. Nas demais cidades que compõem a região – Bertioga, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe – desfrutam de problemas semelhantes. (SOARES, 1984; SERRA, 1985; FERREIRA, 1991).

Segundo o IBGE (1991), a população marginalizada chega a somar 20% da população total da região.

Mesmo com tantos problemas o estado geral de desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista não é tão alarmante. A maioria da população desfruta de níveis de qualidade de vida invejáveis em qualquer parte do Brasil.

O nível de desenvolvimento humano e social, ou melhor, de qualidade de vida na Baixada Santista avaliado, pormenorizadamente, através do Índice do Desenvolvimento Humano Municipal, do Índice de Condições de Vida, do Índice de Desenvolvimento Social, do Índice de Qualidade de Vida integralmente, bem como através de suas frações, apresentou resultados que podem ser considerados satisfatórios dentro da classificação criada pelo PNUD.

O quadro social espelhado por estes indicadores, nos gráficos e tabelas, para os anos de 1970, 1980 e 1991 não apresenta muitas aberrações, ou seja, valores muito díspares da realidade das melhores e maiores cidades brasileiras. A RMBS conseguiu seu melhor desempenho no ICV de 1991 quando, com um índice de 0,804, consegue figurar, mesmo que no último quartil, no rol das localidades com alto nível de desenvolvimento. Esse resultado colocou a RMBS no mesmo grupo que as metrópoles de São Paulo que obteve ICV de 0,816, Rio de Janeiro 0,820, Curitiba 0,835, Porto Alegre 0,841, Vitória 0,823 e Belo Horizonte 0,805. Nos anos de 1970 e 1980 a RMBS figurou junto às regiões de médio desenvolvimento com ICV de 0,671 e 0,756, respectivamente.

No Índice do Desenvolvimento Humano Municipal a RMBS não conseguiu a mesma proeza. Todos os resultados obtidos para a região denotavam níveis de médio desenvolvimento. Porém, nos anos em questão o IDHM da região evoluiu bastante. Passou de 0,555, em 1970, para 0,725, em 1980, e 0,776, em 1991. Resultados que põem a RMBS no mesmo nível de médio desenvolvimento que cidades como São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro, dentre outras.

Os resultados do IDS e do IQV se afastam um pouco dos valores encontrados para o IDHM e ICV. Aqueles, não espelham, em nenhum momento, níveis típicos de regiões ou localidades de alto desenvolvimento. A inclusão do Indicador do Coeficiente de Gini no lugar dos indicadores de renda do IDHM e do ICV (IDHM – Renda e ICV – Renda, respectivamente) para a obtenção do IDS e do IQV reduziu os resultados de tal forma, nos anos analisados, pois incorporou a esses indicadores um melhor reflexo da distribuição de renda na região. Porém, tanto o IDS quanto o IQV, mesmo percentualmente menores que o IDHM e ICV, registraram na RMBS e em todos os municípios membros valores, oscilando entre 0,500 e 0,800, que os permite figurar no rol das localidades de médio desenvolvimento.

Os resultados dos indicadores de desenvolvimento humano e social produzem um otimismo quanto a melhorias no nível de qualidade de vida da RMBS (a evolução percentual dos indicadores que avaliaram a qualidade de vida regional, no período em questão, pode ser melhor vislumbrada com a ajuda dos gráficos e tabelas dispostos no anexo estatístico). Todas as cidades tem

problemas mas, nenhum problema é de solução impossível. Mesmo que parte da população (20% segundo o IBGE) esteja vivendo em condições precárias a RMBS tem potencialidade para se tornar uma das regiões com melhores níveis de desenvolvimento do Brasil. Relembrando que Santos, a cidade sede, já figura entre as localidades brasileiras de melhor desenvolvimento.

Basta a sociedade local e seus representantes se empenharem para melhorar a qualidade de vida nos municípios e na RMBS. Tendo sempre em mente que nada é demais quando falamos na qualidade de vida, em seres humanos. Todo e qualquer esforço para melhorar o desempenho dos indicadores de desenvolvimento humano e social é bem vindo e deve ser recebido de braços abertos pela população.

ANEXO METODOLÓGICO

Metodologia do Índice L de Theil

O Índice L, de Theil, estimado pelo PNUD (1998b) para medir o grau de desigualdade na distribuição de renda, é definido pela seguinte expressão:

$$L = \sum_{i=1}^n \frac{1}{n} \ln \frac{Y_i / Y}{1 / n}$$

onde n é o número de indivíduos, ln é logaritmo neperiano, Y é a renda total e Y_i é a renda do indivíduo i .

Para uma distribuição totalmente igualitária, $L = 0$ e quanto maior a desigualdade, maior o seu valor. Como baseia-se no logaritmo das rendas, este índice não pode ser calculado se qualquer renda for nula. Por essa razão, o cálculo do Theil-L implica a exclusão dos indivíduos com renda zero.

Metodologia dos Indicadores de Insuficiência de Renda

Os indicadores de Insuficiência de Renda P_0 , P_1 e P_2 utilizados na estimação do ICV foram calculados pelo PNUD (1998b) através da fórmula geral proposta por FOSTER, GREER e THORBECKE no artigo *A class of*

decomposable poverty measures publicado no volume 52 da revista *Economics* no ano de 1984:

$$P^{\alpha} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - Y_{-i}}{z} \right)^{\alpha}$$

onde z é o valor correspondente a 50% do salário mínimo; n é a população total; q é o número de indivíduos com renda insuficiente (renda per capita inferior a 50% do salário mínimo); e Y_i é a renda do i -ésimo indivíduo com renda insuficiente. Fazendo α variar de 0 a 2, configuram-se três situações:

a) se $\alpha = 0$, P^{α} representa a proporção de pessoas (na localidade em questão) que se encontram com renda per capita inferior a 50% do salário mínimo:

$$P^0 = \frac{q}{n} = H$$

Este indicador é claramente insuficiente para se avaliar a situação dessas pessoas no que se refere às suas condições de vida relativas à renda. Por um lado, ele não se altera ao se reduzir a renda de uma pessoa já situada nesse grupo ou, inversamente, ao se elevar a renda dessas pessoas sem que nenhuma delas ultrapasse o valor de 50% do salário mínimo. Por outro lado, é insensível à redistribuição de renda entre as pessoas que formam esse

grupo (desde que a renda de nenhuma delas ultrapasse o valor de 50% do salário mínimo).

b) se $\alpha = 1$, tem-se:

$$P^1 = \frac{q}{n} \left[\frac{1}{q} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - Y_i}{z} \right) \right] = H (1 - \mu_p / z) = HI$$

ou seja, P^1 é o produto do indicador P^0 (ou H) e do indicador de defasagem de renda (I), que mede a distância média da renda dos indivíduos com renda insuficiente à esse limite, expressa em termos do valor limite de 50% do salário mínimo (se todos esses indivíduos têm renda nula, $I = 50\%$ do salário mínimo).

O indicador de defasagem de renda I é insensível tanto à variação no número de número de pessoas com renda insuficiente, desde que a renda média destes não se altere, quanto às transferências de renda entre essas pessoas. Portanto, pode-se considerar que também o indicador P^1 é insuficiente, dado que a utilização conjunta de H e I deixa de considerar a desigualdade de renda entre as pessoas com renda insuficiente.

c) se $\alpha = 2$, omite-se aqui a demonstração de que:

$$P^2 = H \left[I^2 + (1 - I)^2 CV_p^2 \right]$$

onde CV_p é o coeficiente de variação da renda dos indivíduos com renda insuficiente obtido da razão entre o desvio-padrão e a média da renda desses indivíduos:

$$CV_p = \frac{\sigma_p}{\mu_p} = \sqrt{\frac{\left[\left(\frac{1}{q} \sum_{i=1}^q Y_i^2 \right) - \mu_p^2 \right]}{\mu_p^2}}$$

O indicador P^2 , portanto, é afetado por variações tanto na incidência de indivíduos com renda insuficiente quanto na defasagem e na distribuição da renda dos mesmos.

O PNUD (1998b) justifica que uma das razões da utilização dos indicadores de insuficiência de renda (P^α) reside no fato de eles possuírem a propriedade de serem consistentes em agregações (diferindo de outros indicadores em que o número de indivíduos com renda per capita inferior a um determinado valor em cada grupo ou região pode estar caindo, enquanto no agregado este número pode estar se elevando), permitindo medir a Insuficiência de Renda em diversos níveis agregativos.

Metodologia do Coeficiente de Gini

O Coeficiente de Gini é o indicador mais usado para se analisar o grau de concentração de renda de um determinado país, estado, município ou região. Seu resultado varia entre 0 e 1 (zero e um). Sendo que, quanto mais próximo da unidade ele chegar mais concentrada estará a renda. Inversamente, quanto mais próximo de zero melhor será o grau distributivo da mesma.

Romão (1993, p.103), relativo a distribuição de renda argumenta que “uma distribuição mais desigual implicará uma piora das condições de vida das classes de mais baixa renda”. É pensando nesse elo entre distribuição de renda e qualidade de vida que nós estamos incluindo o Coeficiente de Gini em nossa análise.

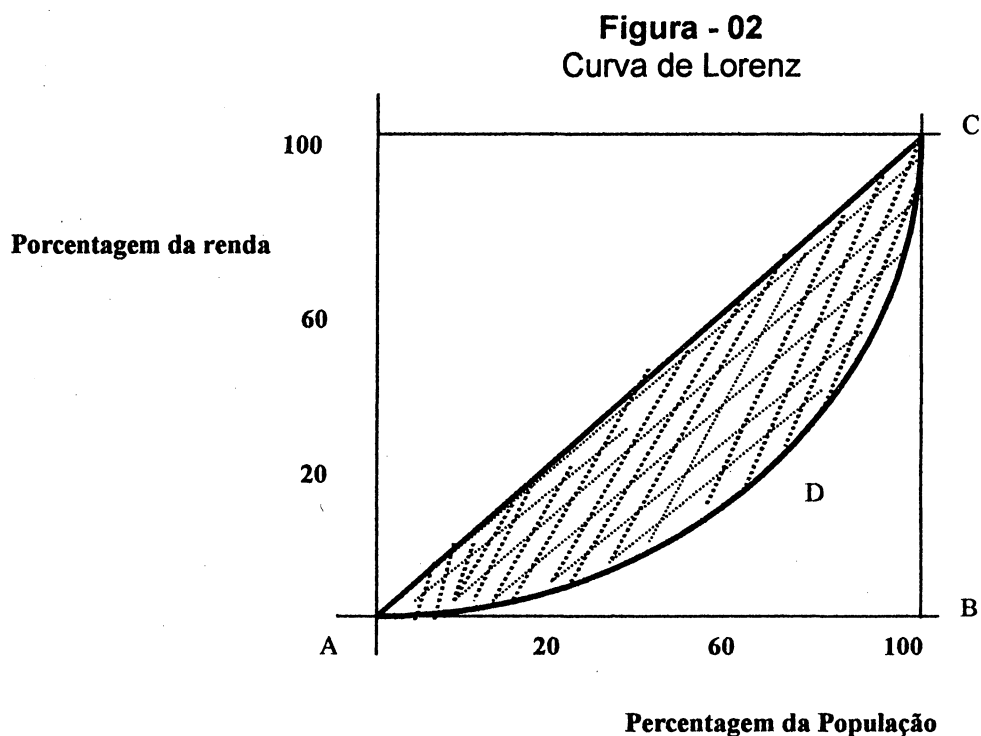
Para obter o Coeficiente de Gini deve-se, antes de qualquer coisa, traçar, num plano cartesiano, a curva de Lorenz. O primeiro passo, para obtê-la é representar no eixo das ordenadas a percentagem acumulada das pessoas ou famílias que recebem até um determinado nível de renda. Em seguida, no eixo das abcissas, representa-se a percentagem acumulada da renda agregada calculada para cada percentagem da população obtida anteriormente. Por fim, em posse desses dados delineamos a curva de Lorenz correspondente.

A compreensão da metodologia fica mais fácil quando recorremos a uma curva de Lorenz genérica, linha ADC da figura – 02, obtida conforme os passos explicitados *a priori*. A convexidade da curva em relação ao eixo AB reflete o grau de desigualdade na distribuição de renda.

O Coeficiente de Gini é obtido a partir da curva de Lorenz, dividindo-se a área compreendida entre a diagonal AC e a curva ADC pela área do triângulo ABC.

Em termos de análise, além do já exposto, podemos encontrar, ao menos em tese, duas situações extremas. Caso a renda esteja igualmente distribuída a curva de Lorenz será representada pelo segmento AC, ou seja, a

qualquer ponto da reta ocorreria uma situação de igualdade plena, posto que AC tem inclinação de 45° (quarenta e cinco graus). Nesta curva, qualquer nível percentual da população estará recebendo percentual perfeitamente proporcional da renda, isto é, 25% da população receberia 25% da renda, 60% da população receberia 60% da renda, e assim por diante. O Coeficiente de Gini, neste caso, seria nulo (zero) refletindo igualdade total. No extremo oposto, a curva de Lorenz seria representada pela área ABC e o Coeficiente de Gini seria igual a unidade (um) e mostraria desigualdade absoluta.



Indicadores de Nível Educacional

Os indicadores de nível educacional foram extraídos pelo PNUD (1998b) dos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991. Considerando que o número de anos de estudo de cada indivíduo foi definido como o número de séries por ele completadas, sendo obtido através da identificação da última série e grau escolar concluído com aprovação.

Indicadores de Longevidade

Os indicadores de longevidade refletem as condições de vida de uma determinada sociedade, pois refletem o número médio de anos que os indivíduos viveriam a partir do nascimento e o número de crianças que não sobreviveram ao primeiro de vida a cada mil nascidos vivos.

Indicadores de qualidade de vida na Infância

Os indicadores de qualidade de vida na infância refletem o percentual de crianças que não frequentam a escola, com defasagem escolar, com mais de um ano de atraso escolar e que trabalham.

Indicadores de Condições de Habitação

Os quatro indicadores das condições de habitação – densidade, durabilidade da habitação, abastecimento de água e instalações de esgoto – pesquisados abrange apenas a população dos domicílios particulares permanentes, excluindo-se, portanto, as pessoas que vivem em domicílios coletivos e em domicílios particulares improvisados.

Indicadores de Nível de Renda

Os indicadores de nível de renda visam mensurar o poder aquisitivo da sociedade, bem como o grau de distribuição de renda entre as diversas camadas sociais. Por renda, entende-se a soma de todas as fontes de rendimento, seja do trabalho ou qualquer outra. Cumpre ressaltar ainda que a renda familiar (ou domiciliar) per capita foi calculada somente para os indivíduos que são membros de famílias que vivem em domicílios particulares.

Para cada indivíduo, a renda familiar per capita, para 1980 e 1991, é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros de sua família e o número de membros da mesma. Devido às limitações do censo de 1970, para esse ano o conceito de renda familiar per capita foi substituído pelo de renda domiciliar per capita.

As dimensões abordadas nos indicadores de nível de renda são: renda familiar per capita média; grau de desigualdade; porcentagem da

população com renda insuficiente (P0); insuficiência média de renda (P1) e; grau de desigualdade na população com renda insuficiente (P2).

Indicadores Demográficos

Os indicadores demográficos denotam a evolução da população nas diversas faixas etárias abordadas para efeito de cálculo dos indicadores de desenvolvimento humano e social anteriormente expostos.

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela - 8 : Indicadores de Nível Educacional						
Localidades	Porcentagem da população de 25 anos e mais com					
	Menos de 4 anos de estudo			Menos de 8 anos de estudo		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Cubatão	65,6	51,9	36,1	95,8	87,5	72,2
Guarujá	67,1	52,6	35,8	95,7	87,4	73,5
Praia Grande	60,7	43,9	30,9	90,7	83,3	69,2
Santos	34,3	26,3	16,9	77,9	65,9	49,2
São Vicente	47,9	38,7	27,6	88,1	79,1	65,2
Mongaguá	66,3	48,0	32,2	93,0	87,2	70,5
Itanhaém	63,5	51,9	38,7	89,2	84,3	73,2
Peruíbe	70,0	56,8	35,6	92,5	86,2	74,3
Baixada Santista	44,3	36,5	26,1	83,6	74,9	61,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998(b)

Tabela - 9 : Indicadores de Nível Educacional			
Localidades	Porcentagem da população de 25 anos e mais com		
	Mais de 11 anos de estudo		
	1970	1980	1991
Cubatão	0,38	1,94	3,86
Guarujá	0,55	2,68	5,01
Praia Grande	1,63	3,19	5,44
Santos	3,91	10,71	18,68
São Vicente	1,87	4,65	7,41
Mongaguá	1,37	4,01	4,29
Itanhaém	2,74	3,78	7,08
Peruíbe	1,54	2,93	6,86
Baixada Santista	2,8	7,0	11,1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998(b)

Tabela -10: Indicadores de Longevidade						
Localidades	Esperança de vida ao nascer – em anos			Taxa de mortalidade infantil – por mil nascidos vivos		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Cubatão	51,68	56,79	63,02	103,14	71,4	40,21
Guarujá	50,32	55,09	62,32	112,7	81,32	43,27
Praia Grande	49,23	56,79	63,09	120,64	71,4	39,95
Santos	56,07	59,42	68,12	75,55	57,45	20,96
São Vicente	53,83	55,19	65,01	89,01	80,68	32,13
Mongaguá	51,89	56,55	63,68	101,74	72,74	37,45
Itanhaém	51,2	57,63	61,65	106,45	66,77	46,22
Peruíbe	48,82	56,19	63,87	123,74	74,78	36,68
Baixada Santista*	50,62	56,42	63,03	110,85	73,79	40,34

*Valores para RMBS obtidos através de uma média ponderada de acordo com a classificação no IDHM de cada município na região.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998(b)

Tabela - 11 : Indicadores de Qualidade de Vida na Infância												
Localidades	Porcentagem de crianças de 7 a 14 anos que não freqüentam a escola			Defasagem escolar média (em anos) das crianças de 10 a 14 anos			Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar			Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos que trabalham		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Cubatão	9,8	11,4	10,7	1,6	2	2	46,8	57,1	56,7	1,9	4,5	4,4
Guarujá	17,2	16,1	12,7	2,2	2,1	1,9	62,4	60,9	54,5	4,3	6,8	4,6
Praia Grande	17,8	15,3	10,1	2,6	1,9	1,5	65,8	54,2	41,9	5,4	7,7	4,1
Santos	8,4	7,7	6,5	1,3	1,2	1	37,8	34	27,8	4,5	4,9	3,3
São Vicente	13,6	13,3	9	1,8	1,8	1,5	50	51,8	42,8	3,9	5,9	4,8
Mongaguá	18	21,7	13,8	2,2	1,8	1,5	52	51,1	45,6	2,4	6	8,2
Itanhaém	25,1	18,3	12,4	2,5	2	1,5	66,4	55,1	42,3	6,7	8,9	4,8
Peruíbe	25,3	25,3	15,4	2,5	2,3	1,5	63,1	62,2	40,8	2,3	6,7	7,9
Baixada Santista	12,1	12,4	9,6	1,7	1,7	1,5	47,1	48,0	41,4	4,2	5,8	4,4

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998(b)

Tabela - 12 : Indicadores de Condições de Habitação												
Localidades	Porcentagem da população que vive em domicílio com											
	Densidade superior a 2 pessoas por dormitório			Materiais de construção duráveis			Abastecimento adequado de água			Instalações adequadas de esgoto		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Cubatão	67,8	55,4	35,4	83,1	99,3	98,9	81,9	71,7	92,0	79,9	51,9	73,2
Guarujá	68,9	51,7	36,3	69,0	96,9	97,3	53,5	68,0	92,0	47,3	61,6	77,9
Praia Grande	69,8	51,9	35,5	70,8	97,8	99,0	55,3	83,6	94,6	48,2	75,8	50,1
Santos	25,8	19,7	14,1	92,9	99,8	99,8	92,9	97,6	98,1	89,8	90,3	88,5
São Vicente	52,1	42,0	30,5	85,4	98,7	99,2	73,6	87,7	96,3	64,7	78,3	64,9
Mongaguá	63,7	54,7	38,3	66,5	97,6	98,0	58,1	74,2	93,3	48,9	67,7	67,1
Itanhaém	58,5	55,7	38,3	68,7	98,1	99,3	65,2	73,3	93,1	62,0	70,7	73,0
Peruíbe	75,7	55,8	42,0	57,4	92,7	94,4	46,6	71,0	86,2	35,6	55,4	68,0
Baixada Santista	42,8	36,4	27,3	85,6	98,7	98,9	80,4	86,4	95,3	75,7	77,8	75,0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998(b)

Tabela - 13: Indicadores de Nível de Renda									
Localidades	Renda familiar per capita média (salário mínimo de setembro de 1991)			Grau de desigualdade (THEIL – L)			Porcentagem de pessoas com renda insuficiente (Po)		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Cubatão	0,87	1,70	1,34	0,28	0,29	0,33	35,59	10,25	21,54
Guarujá	0,72	1,53	1,37	0,30	0,32	0,41	47,59	13,88	24,88
Praia Grande	0,87	1,88	1,54	0,40	0,42	0,42	47,30	12,69	20,98
Santos	1,80	3,46	3,05	0,38	0,39	0,48	15,06	3,81	8,39
São Vicente	1,05	2,06	1,73	0,38	0,37	0,42	34,16	9,60	17,10
Mongaguá	0,89	1,47	1,32	0,44	0,45	0,44	50,73	24,00	27,88
Itanhaém	0,86	1,49	1,48	0,49	0,42	0,48	52,73	22,16	25,64
Peruíbe	0,64	1,87	1,61	0,56	0,76	0,59	67,93	29,32	26,60
Baixada Santista*	1,4	2,5	2,1	0,42	0,46	0,44	50,63	19,13	23,85

* Média ponderada de acordo com a classificação dos municípios no IDHM

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998(b)

Tabela – 14: Indicadores de Nível de Renda						
Localidades	Insuficiência média de renda (P ₁)			Grau de desigualdade na população com renda insuficiente (P ₂)		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Cubatão	0,14	0,03	0,08	0,08	0,01	0,05
Guarujá	0,19	0,04	0,10	0,10	0,02	0,06
Praia Grande	0,19	0,04	0,09	0,10	0,02	0,05
Santos	0,05	0,01	0,03	0,03	0,01	0,02
São Vicente	0,13	0,03	0,07	0,07	0,02	0,05
Mongaguá	0,20	0,09	0,11	0,11	0,05	0,07
Itanhaém	0,22	0,07	0,10	0,12	0,04	0,06
Peruíbe	0,35	0,11	0,10	0,22	0,07	0,06
Baixada Santista*	0,22	0,07	0,09	0,13	0,04	0,06

* Média ponderada de acordo com a classificação dos municípios no IDHM

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998(b)

Tabela - 15: Indicadores Demográficos									
Municípios	População total			População total exceto residentes em domicílios coletivos			População total exceto residentes em domicílios coletivos e com renda nula		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Cubatão	51193	78631	91136	45214	73684	87395	44336	73352	85359
Guarujá	94947	151120	210207	85869	146972	202850	84375	146081	198823
Praia Grande	20160	66004	123492	18401	62832	119886	18189	62230	117056
Santos	350207	416677	428923	303623	385862	408228	300439	383685	403716
São Vicente	117850	193008	268618	107763	187188	261878	106408	185520	255953
Mongaguá	5278	9928	19026	4806	9743	18143	4767	9672	17830
Itanhaém	14811	27464	46074	12839	26538	45063	12652	26257	44467
Peruíbe	7064	18411	32773	6705	17827	31956	6489	17504	31645
Baixada Santista	661510	961243	1220249	585220	910646	1175399	577655	904301	1154849

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998(b)

Tabela – 16: Indicadores Demográficos									
Localidades	População de 25 anos e mais			População de 15 anos e mais			População de 10 a 14 anos		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Cubatão	19625	32432	42611	29540	51309	61155	5964	8166	9774
Guarujá	36774	61279	96482	54510	94410	139249	11774	16888	23265
Praia Grande	8736	29971	60901	12247	42048	82608	2095	7026	13910
Santos	183025	226263	254520	249460	306707	324969	32801	33705	37275
São Vicente	51308	87643	134181	73450	125943	183972	13460	20134	28604
Mongaguá	2193	4219	9273	3104	6069	12830	674	1136	2034
Itanhaém	6133	11733	21984	9196	16954	30409	1630	3009	5290
Peruíbe	2922	7772	15405	4049	11178	21361	920	2185	3837
Baixada Santista	310716	461312	635357	435556	654618	856553	69318	92249	123989

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998(b)

Tabela - 17 : Indicadores Demográficos						
Municípios	População de 7 a 14 anos			Porcentagem da população que vive em área urbana		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Cubatão	9911	13168	15997	73,8	99,7	99,5
Guarujá	20198	27712	37708	96,6	100,0	100,0
Praia Grande	3635	11792	22934	99,8	100,0	100,0
Santos	53520	53968	59664	99,4	99,8	99,7
São Vicente	22193	32715	46742	99,5	99,9	99,9
Mongaguá	1070	1990	3191	89,3	99,0	99,3
Itanhaém	2724	5025	8560	87,4	95,6	97,3
Peruíbe	1512	3599	6043	87,2	93,0	95,5
RMBS	114763	149969	200839	96,6	99,6	99,6

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 1998(b)

Tabela - 18 : Coeficiente de Gini		
Localidades	1980 ⁽¹⁾	1991 ⁽²⁾
Cubatão	0,4119	0,4599
Guarujá	0,4165	0,5024
Praia Grande	0,4268	0,4908
Santos	0,4001	0,5330
São Vicente	0,4173	0,4926
Mongaguá	0,4256	0,5221
Itanhaém	0,4418	0,5380
Peruíbe	0,4582	0,5593
RMBS	0,4323	0,5272

(1) Estimado de acordo com a metodologia apresentada

(2) Calculado pelo IBGE, salvo a RMBS que é uma média ponderada.

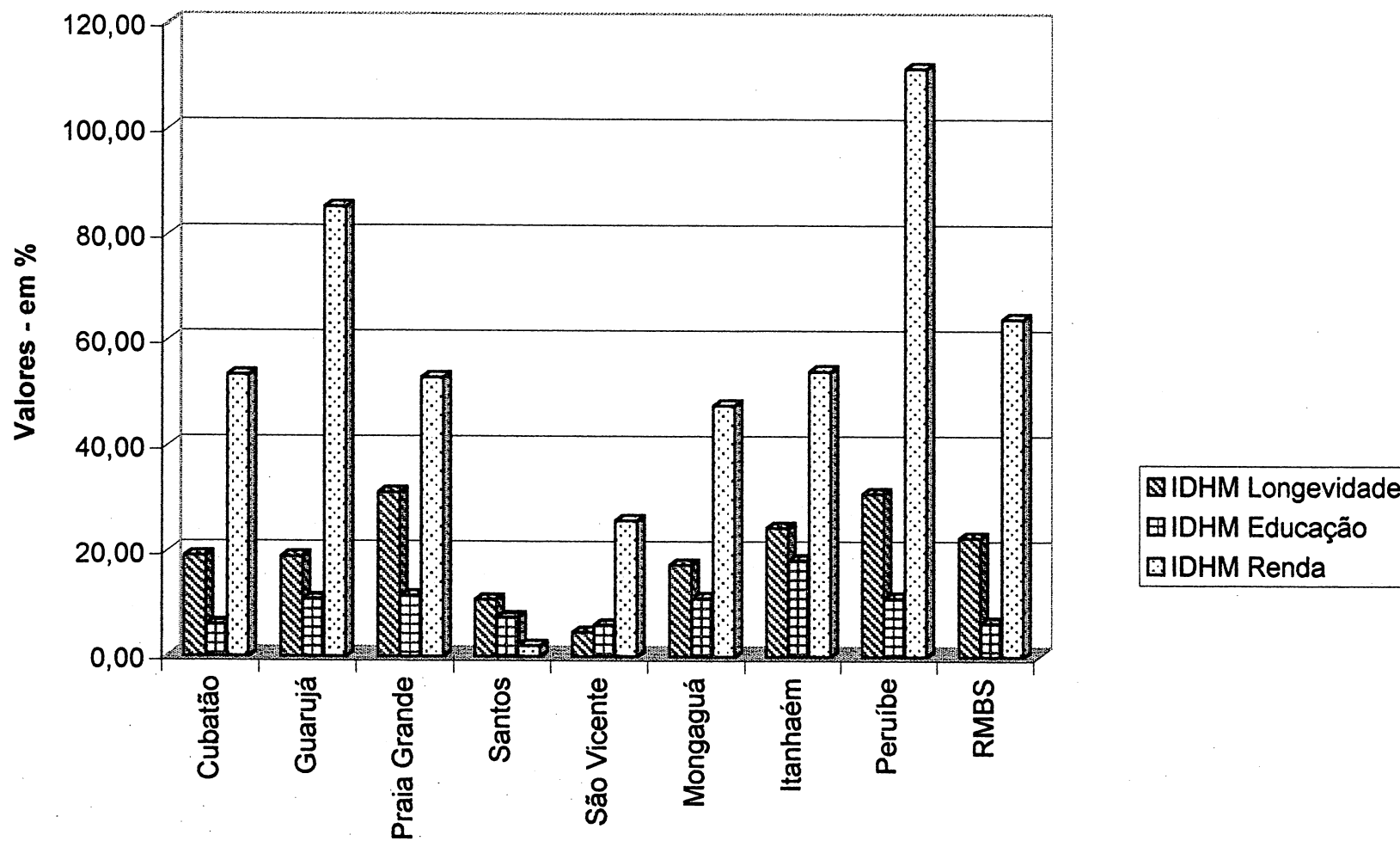
Fonte : Censos Demográficos de IBGE

Tabela – 19: Indicador do Coeficiente de GINI		
Localidades	1980	1991
Cubatão	0,5881	0,5401
Guarujá	0,5835	0,4976
Praia Grande	0,5732	0,5092
Santos	0,5999	0,4670
São Vicente	0,5827	0,5074
Mongaguá	0,5744	0,4779
Itanhaém	0,5582	0,4620
Peruíbe	0,5418	0,4407
RMBS	0,5677	0,4728

Fonte bruta dos dados: Censos Demográficos de IBGE

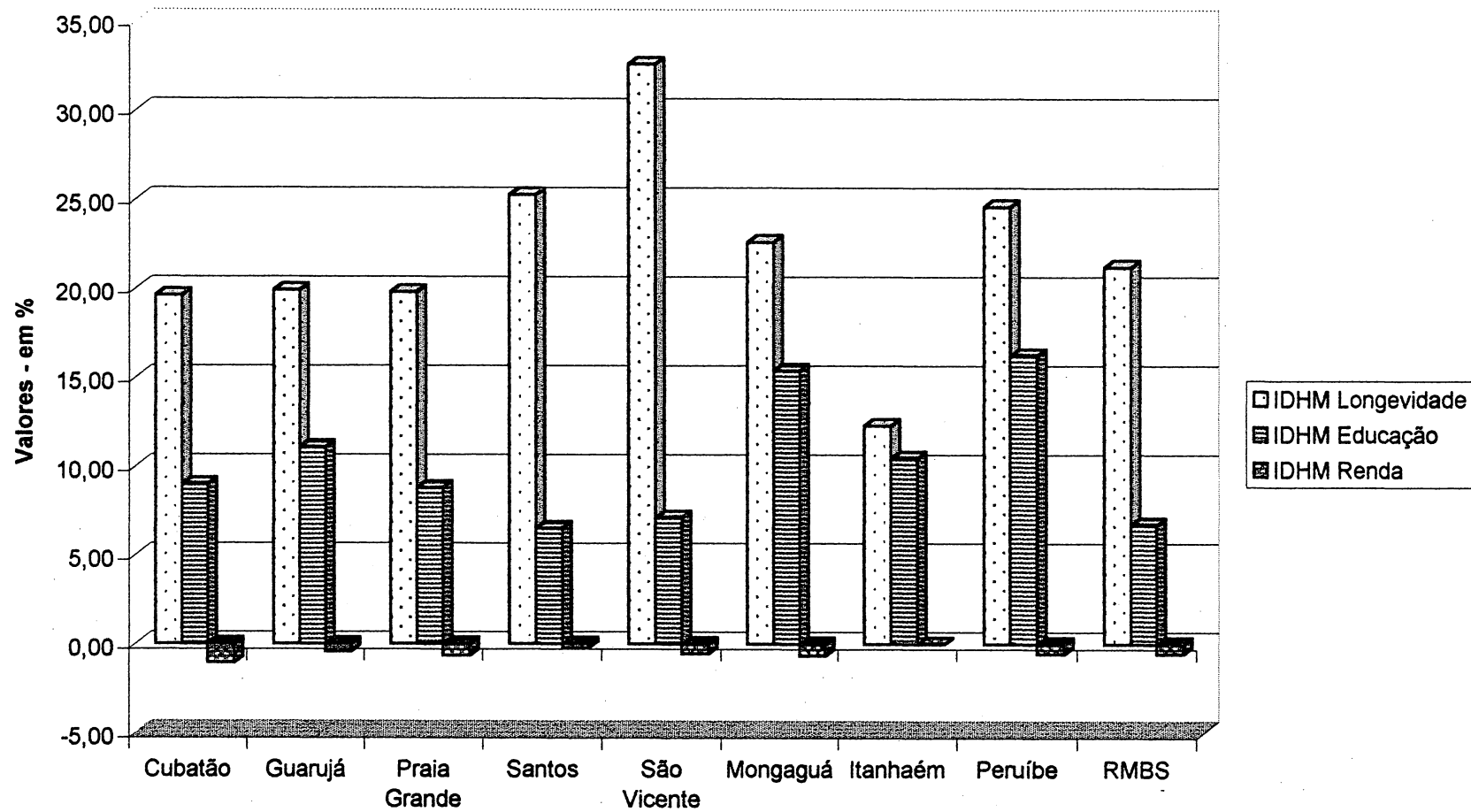
Gráfico - 6:

Variação Percentual dos Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal - 1970 à 1980



Fonte: Elaboração própria

Gráfico - 7:
Variação Percentual dos Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal - 1980 à 1991



Fonte: Elaboração própria

Gráfico - 8:
Variação Percentual dos Indicadores de Condições de Vida - 1970 à 1991

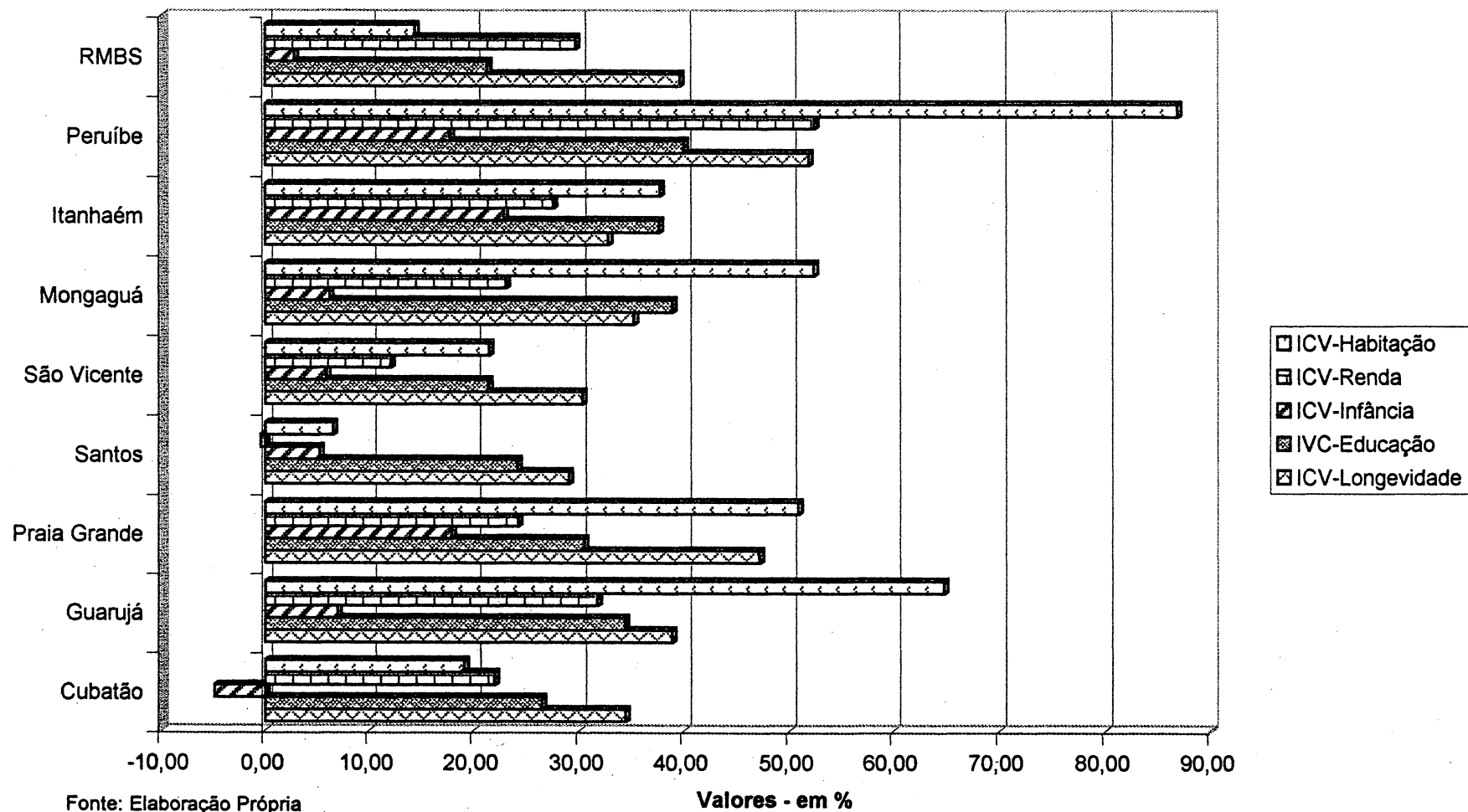
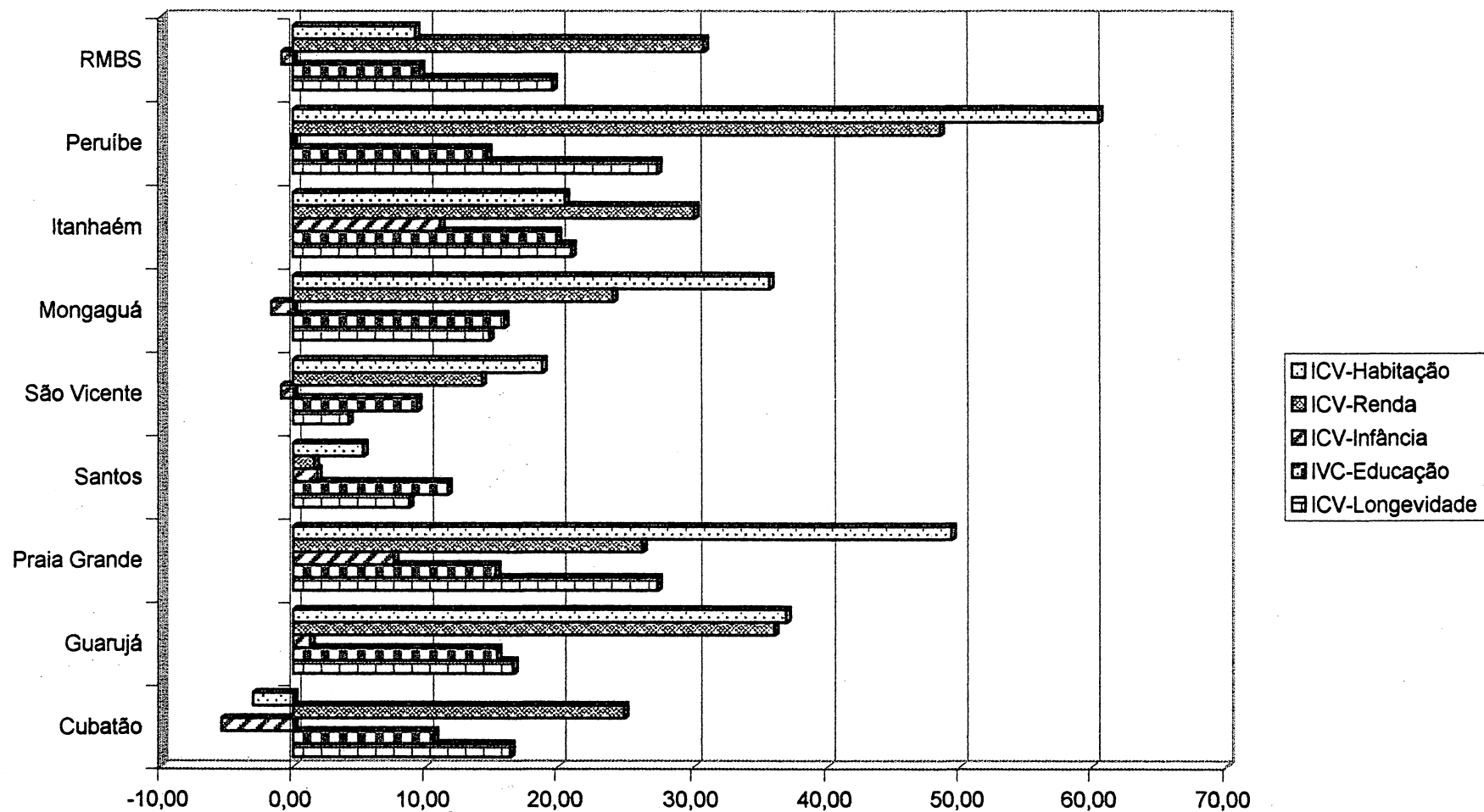


Gráfico - 9:
Variação Percentual dos Indicadores de Condições de Vida - 1970 à 1980



Fonte: Elaboração própria

Valores - em %

Gráfico - 10:
Variação Percentual dos Indicadores de Condições de Vida - 1980 à 1991

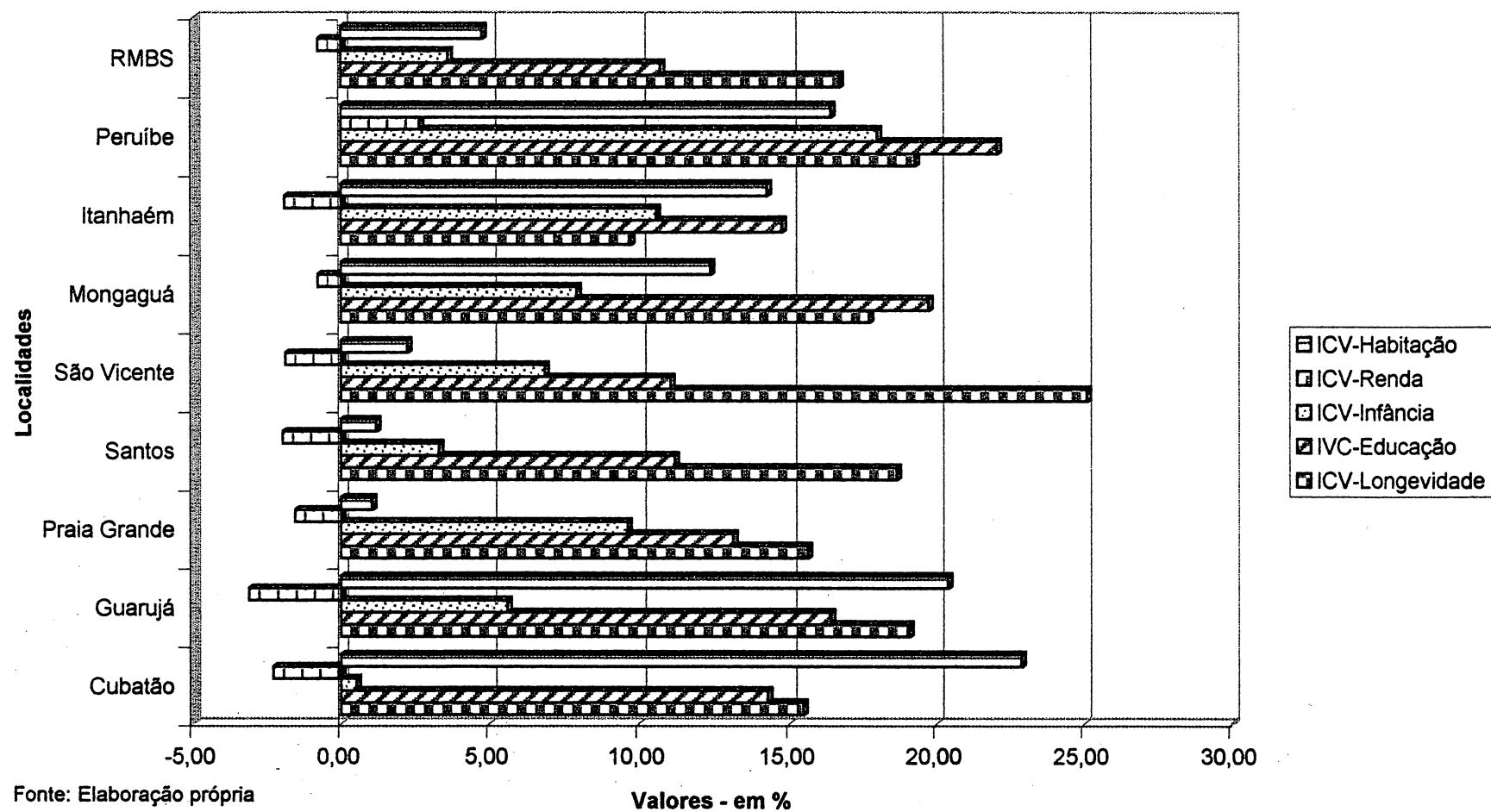


Gráfico -11:
Evolução Percentual do Índice do Desenvolvimento Humano Municipal

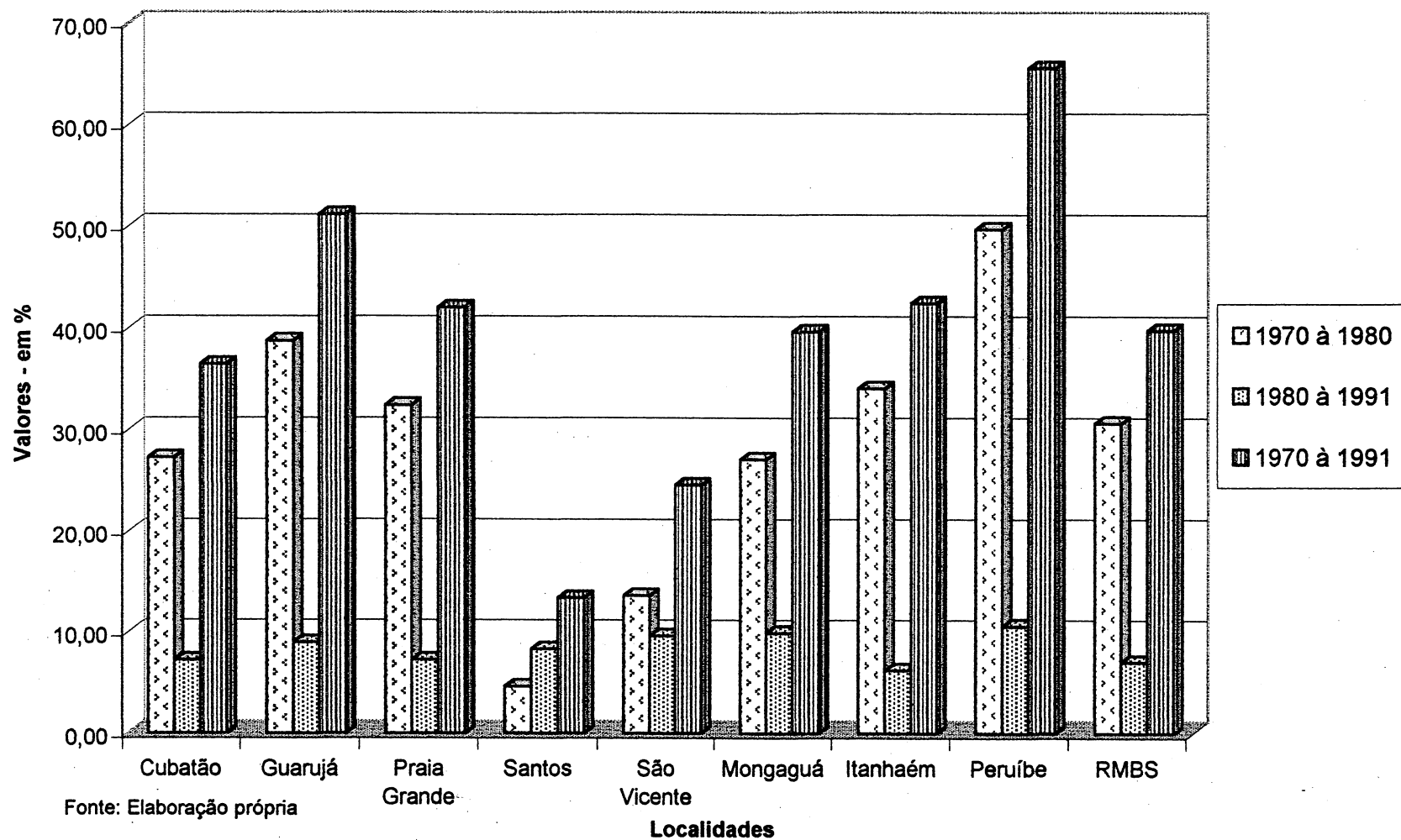


Gráfico - 12:
Evolução Percentual do Índice de Condições de Vida

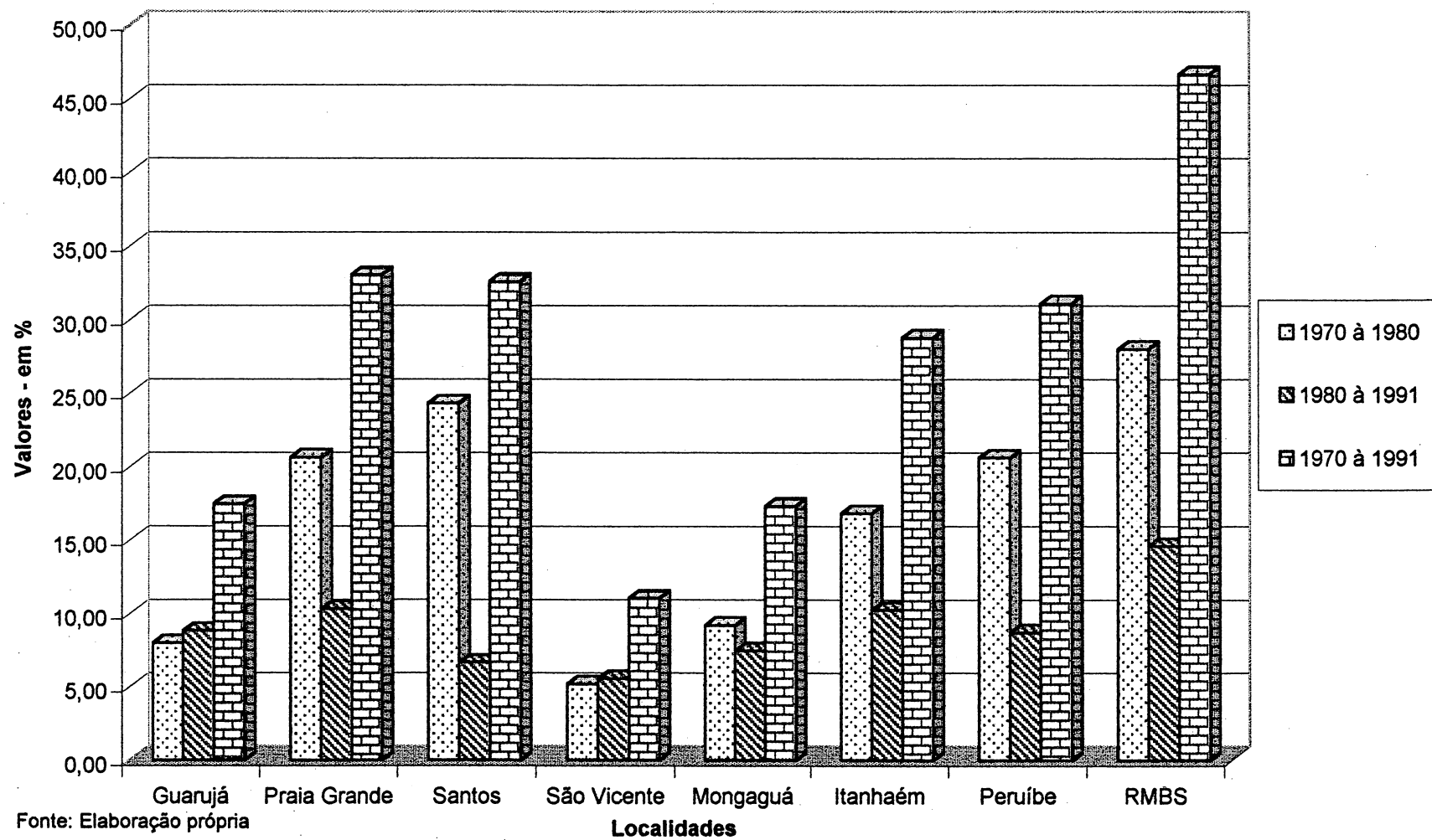


Gráfico - 13:
Evolução Percentual do Indicador do Coeficiente de Gini

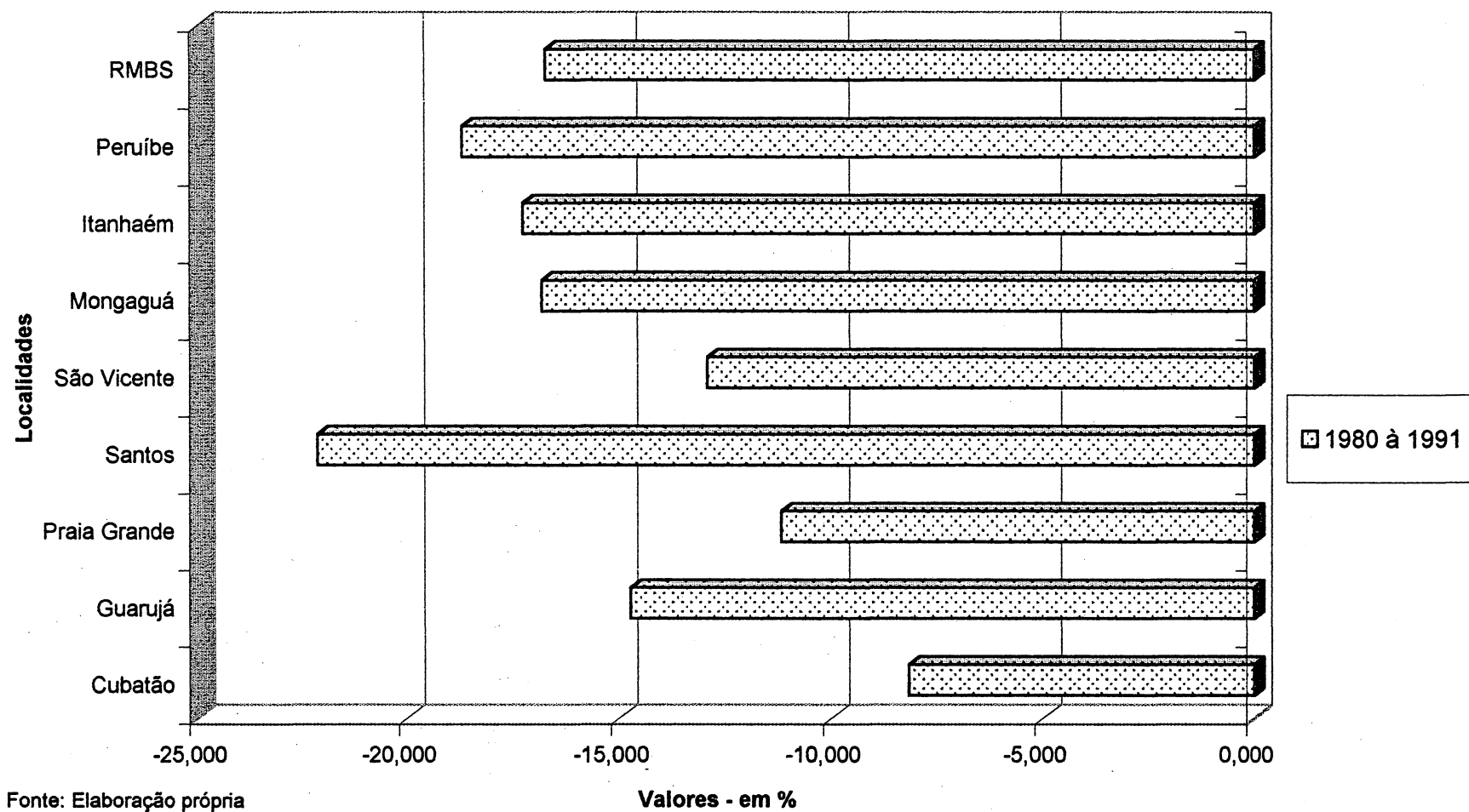
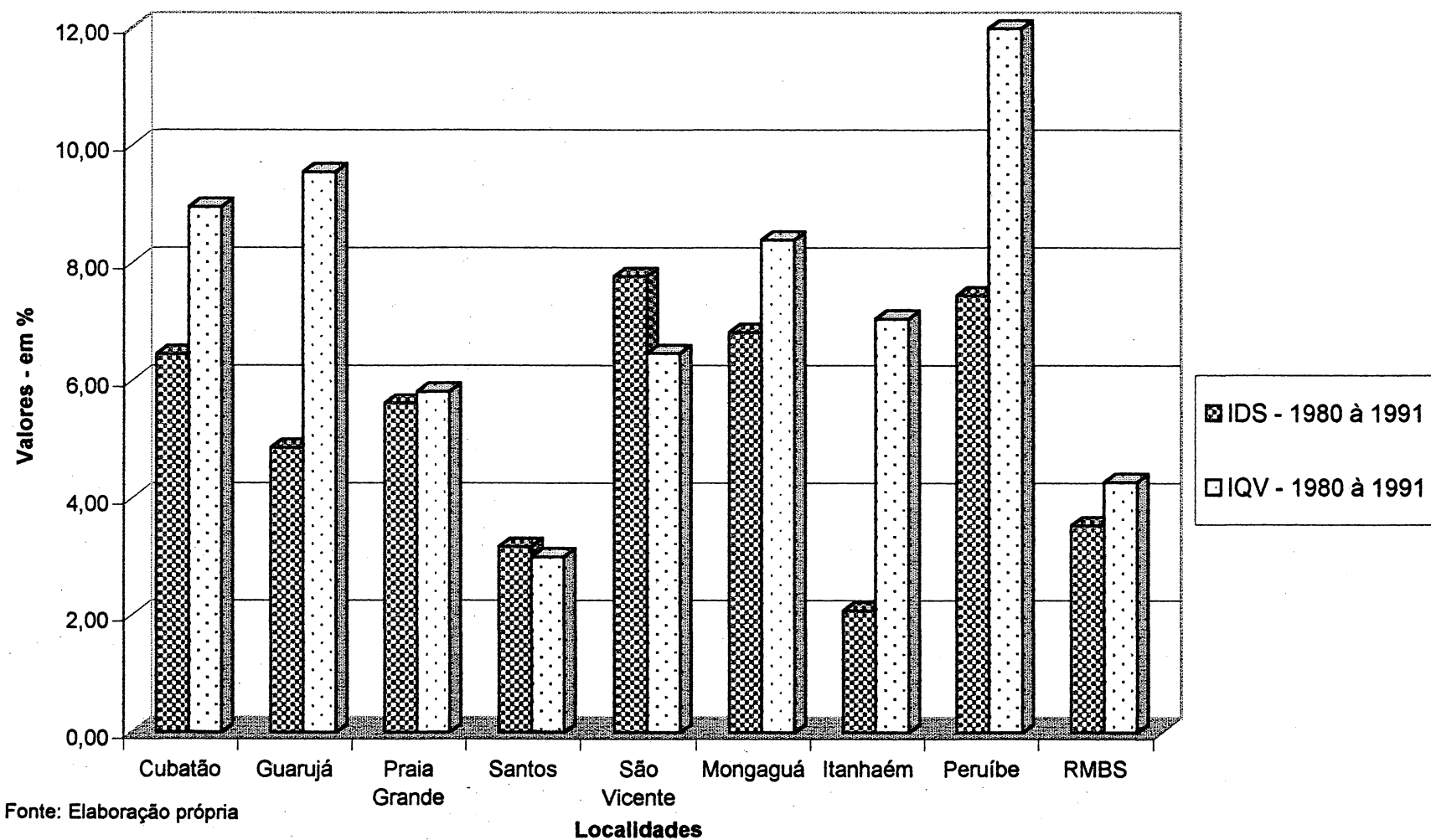


Gráfico - 14:
Evolução Percentual dos Indicadores de Desenvolvimento Social e de Qualidade de Vida



Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti & NETO, Ivan Rocha. **Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-regional: ciência , tecnologia e regionalização**. Brasília, 1994.
- AMARAL FILHO, Jair do. **Desenvolvimento Regional Endógeno: (re) construção de um conceito, reformulação de estratégias alternativas (à guerra fiscal)**. In: Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia. Salvador: ANPEC, 1995.
- BOISIER, Sérgio. **Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional**. In: Economia Regional: teorias e métodos de análise. Org.: Paulo Roberto Haddad, *et alii*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.
- BRANCO, Samuel Murgel. **A Serra do Mar e a Baixada**. São Paulo: Moderna, 1992.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. **Aspectos da Distribuição de Renda no Brasil**. In: MONTORO FILHO, André Franco, *et alii*. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1998, p.436-456.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Global e Ed. UNICAMP, 1985.
- CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do laberinto II: domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 135-158.
- CHALLOUB, Humberto. **Baixada Santista: a nova metrópole emergente**. In: Revista litoral Vivo, ano-01, n.01. Santos: Tec Art Editora, 1996.
- CLEMENTE, Ademir. **Economia Regional e Urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.
- FERREIRA, Márcia dos Santos. **Economia Urbana e Metropolização: questões essenciais ao desenvolvimento da Baixada Santista**. Monografia. Santos: FACEC-UNISANTOS, 1991. Mimeo.
- FERREIRA, Carlos Maurício de C.. **Espaço, Regiões e Economia Regional**. In: Economia Regional: teorias e métodos de análise. Org.: Paulo Roberto Haddad, *et alii*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
- _____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- GOLDENSTEIN, Léa. **A Industrialização da Baixada Santista: estudo de um centro industrial satélite**. São Paulo: Ed. USP/IG, 1972.
- GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Economia Regional: elementos conceituais e metodológicos**. In: Anais do XXV Encontro Nacional de Economia. Recife: dezembro de 1997.
- GUTBERLET, Jutta. **Cubatão: desenvolvimento, exclusão social e degradação ambiental**. Tradução de Kay-Uwe Gutberlet. São Paulo: EDUSP, Fapesp, 1996.
- IPEA. **Desafios do Desenvolvimento Regional e Urbano**. In: O Brasil na Virada do Milênio. Brasília: IPEA, 1997.
- LIMA ANDRADE, José Roberto de. **Uma Estratégia Alternativa de Desenvolvimento Regional: o turismo no Estado de Sergipe**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: CMDE/ UFPR, 1997, p.p. 06 – 39. Mimeo.
- LEMOS, Maurício Borges; *et alii*. **Uma metodologia para construção de um índice de qualidade de vida urbana**. Belo Horizonte: Revista Nova Economia, v.5, n.2, dez. 1995.
- MEADOWS, Donella H.; *et alii*. **The limits to growth**. New York: Universe Books, 1972.
- MILONE, Paulo César. **Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas**. In: MONTORO FILHO, André Franco, *et alii*. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1998, p.511-530.
- NAHAS, Maria Inês Pedrosa, *et alii*. **Índice de qualidade de vida urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH): um instrumento intra-urbanístico de gestão da qualidade de vida**. In: Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR. Recife: ANPUR, 1997, p.1437-1451.

- Nosso futuro comum.** Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2^a edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.
- OLIVEIRA ALVES, Denisard Cnéio de.** Educação, desenvolvimento econômico e distribuição de renda: a experiência brasileira. *In*: MONTORO FILHO, André Franco, *et alii*. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1998, p.531-543.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de.** Industrialização e Desenvolvimento: o caso da Região Metropolitana da Baixada Santista no Estado de São Paulo. *In*: Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia. Vol. 3. Vitória: ANPEC, 1998, p. 1984.
- PNUD.** Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros. PNUD/IPEA/FJP/IBGE. Brasília: Edição própria, 1998(a).
- _____. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD/IPEA/FJP/IBGE. Brasília: Edição própria, 1998(b). CD-ROM.
- _____. Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD; Rio de Janeiro: IPEA, 1996.
- PRATES RODRIGUES, Maria Cecília.** O Índice do Desenvolvimento Social. Conjuntura Econômica. Julho, 1991, pp. 73 – 77.
- _____. O Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU. Conjuntura Econômica. Julho, 1993, pag.20.
- ROLIM, Cássio F. Camargo.** Abertura Comercial, Restruturação Industrial e Novas Territorialidades: o caso brasileiro. Texto de discussão n.17. Curitiba: CMDE/UFPR, 1997a.
- _____. Regiões x Brasil: quem cresceu mais? Texto de discussão n.18. Curitiba: CMDE/UFPR, 1997b.
- _____. Crise Econômica e Sistema Urbano: a trajetória espacial da crise brasileira do início dos anos oitenta. Tese de Doutorado. FEA-USP, 1990. Mimeo.
- ROMÃO, Maurício Costa.** Uma proposta de extensão do “Índice de Desenvolvimento Humano” das Nações Unidas. Revista de Economia Política, vol. 13, nº 4 (52), outubro/dezembro de 1993.

- ROURA, Juan R. Cuadrado. **Planteamientos y Teorias Dominantes sobre el Crecimiento Regional en Europa en las Cuatro Ultimas Decadas.** Santiago do Chile: Revista EURE, vol. XXI, n º 63, pp. 5 –32, junho de 1995.
- SACHS, I. **As cinco dimensões do ecodesenvolvimento.** *In: Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.* São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia.** São Paulo: Atlas, 1994.
- SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná.** Volume 1. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1989, p. 07-61. Mimeo.
- SERAGELDIN, Ismail. **Desenvolvimento sustentável: da teoria à prática.** *In: Finanças & Desenvolvimento.* Washington, DC: FMI/BIRD, 1996, p.03.
- SERRA, Nei Eduardo. **A Baixada Santista: seus problemas e soluções.** Santos: A Tribuna, 1985.
- SLIWANY, Regina Maria. **Estatística Social: como medir a qualidade de vida.** Curitiba: Araucária Cultural, 1987.
- SOARES, Marcílio Braghetta. **Introdução à Formação Econômica da Baixada Santista.** Santos: ASSECOB / PRODESAN, 1984.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Atlas, 1993.
- SUNKEL, Osvaldo & PAZ, Pedro. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoria del desarrollo.** 22ª edição. México: Siglo XX Editores, 1988, p. 15-40.
- Sumário de dados da Região Metropolitana da Baixada Santista – 1992.** Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. São Paulo: EMPLASA, 1993.
- Sumário de dados da Região Metropolitana da Baixada Santista – 1997.** Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. São Paulo: EMPLASA, 1997. CD-ROM.
- TOLETO, Geraldo Luciano & OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística Básica.** 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1985.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de & GARCIA, Manuel Enriquez.
Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva, 1998.